

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANILO CESAR MACRI LAZARE

DEMOCRATISMO E PARTIDARISMO NO BRASIL

Maringá

2017

DANILO CESAR MACRI LAZARE

PARTIDARISMO E DEMOCRATISMO NO BRASIL

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

Maringá

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Lazare, Danilo Cesar Macri

L431d Democratismo e partidarismo no Brasil/ Danilo Cesar Macri Lazare. -- Maringá, 2017.
65 f. : il., color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2016.

1. Partidarismo. 2. Ciência Política - Comportamento político. 3. Partidos políticos. 4. Cultura política. 5. Democratismo. 6. Valores políticos. I. Ribeiro, Ednaldo Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 22. ED.324.2

Jane Lessa Monção CRB 1173/97

DEDICATÓRIA

À Deus, meus familiares, e amigos, sem o seu apoio esse trabalho não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Realizar uma dissertação de mestrado foi sem dúvida a tarefa mais ambiciosa e difícil em minha vida. Como não poderia ser diferente, muitas mentes contribuíram para essa construção, sendo um grande privilégio trabalhar com essas pessoas. Dessa forma, agradeço e dedico essa dissertação a vocês.

Inicialmente a minha mãe, Elisabete, pelo amor e cuidado, que sempre me acolheu ao seu lado de forma incondicional.

Ao meu padrasto, Paulo, a quem devo toda minha educação e conquistas, oferecendo exemplo de dignidade e gratidão, a qual me falta palavras para expressar.

Aos meus irmãos, Gabriel e Matheus, que completaram o significado de família em minha vida.

A minha amiga Lisley, por conceder seu tempo, sugestões e companheirismo, enriquecendo não apenas a dissertação, mas também a minha vida pessoal.

Ao meu amigo e companheiro acadêmico Éder, por dividir seus conhecimentos dentro dessa trajetória. Suas contribuições foram essenciais para meu desenvolvimento acadêmico.

Ao meu orientador, Ednaldo A. Ribeiro, que sempre apresentou paciência e me ajudou a crescer como pesquisador. Sem seu auxílio esse trabalho não seria possível.

Aos meus professores, por contribuir em minha formação estudantil, acadêmica e profissional. Por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e especialmente a Fernando Santiago Junior, por oferecer todas as condições materiais necessárias para a execução desse trabalho.

PARTIDARISMO E DEMOCRATISMO NO BRASIL

RESUMO

Pesquisas realizadas nas democracias avançadas evidenciam alterações no comportamento político contemporâneo, com destaque especial para mudanças nos padrões de relações estabelecidas entre eleitores e instituições políticas. Alguns desses estudos têm afirmado que o aumento sensível da desconfiança dos indivíduos a algumas dessas instituições, como os partidos políticos, poderia ser interpretado como um sinal de perigo para a democracia. No entanto, outros autores argumentam que estaríamos presenciando a expansão de um eleitorado crítico e sofisticado que busca um aprofundamento dos princípios democráticos. Cabe salientar que essas pesquisas são realizadas, em sua maioria, nas chamadas democracias avançadas, com um contexto bastante distinto das jovens democracias, nas quais os valores democráticos expressos pelos cidadãos são, muitas vezes, interpretados como ambíguos. Por essa razão, o objetivo central da pesquisa apresentada foi analisar se o apoio à democracia no caso brasileiro tem sido influenciado pela desafeição dos cidadãos em relação aos partidos políticos. Para tal, utilizamos dados produzidos pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) para o período de 2006 a 2014, procurando avaliar como os brasileiros se posicionam em relação à democracia como um todo, bem como sua identificação junto aos partidos políticos. De modo geral, os dados demonstram que a cultura política do eleitorado brasileiro comporta níveis razoáveis de adesão normativa à democracia e que o partidarismo não apresenta nenhum efeito positivo ou negativo sobre tal disposição subjetiva.

Palavras-Chaves: Partidos políticos; cultura política; democratismo; valores políticos.

DEMOCRATISM AND PARTISANSHIP IN BRAZIL

ABSTRACT

Many studies on the advanced democracies emphasize changes in the contemporaneous political behavior, with focus on the changes in the patterns of the relationships established between the electorate and the political institutions. Some of these studies have shown that the significant increase of the individuals' skepticism about institutions such as the political parties in the last few years could be interpreted as a sign of danger to the democracy. However, other researches highlight that we are going through an expansion of a critical and sophisticated electorate that seeks for further development of democratic principles. It is important to stress that this kind of research is mostly made about the democracies known as advanced, which have a very distinct context from the young democracies, in which the democratic values expressed by the citizens are, many times, interpreted as ambiguous. For that reason, the main objective of this research was to analyze if the support to democracy in Brazil has been influenced by the citizens' dissatisfaction about the political parties. To do so, we used the data produced by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP) throughout the years of 2006 and 2014, in which was observed how Brazilians stand on the matter of democracy as a whole, and also on its identification to the political parties. Altogether, the results show that the Brazilian electorate's political culture have significant levels of normative adherence to the democracy, and also that the partisanship does not present any positive or negative effect over this subjective tendency.

Keywords: Political parties; political culture; democratism; political values.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de respondentes de que preferem a democracia à qualquer outra forma de governo	35
Gráfico 2 - Percentual de respondentes que não consideram justificável um golpe militar em caso de desemprego muito alto.....	36
Gráfico 3 - Percentual de respondentes que não consideram justificável um golpe militar quando há muitos crimes	37
Gráfico 4 - Percentual de respondentes que não considera justificável um golpe militar diante de muita corrupção	37
Gráfico 5 - Percentual de respondentes que acham que a democracia eleitoral é melhor do que um líder forte que não seja eleito através do voto	38
Gráfico 6 - Percentual de respondentes que acham que a participação de todos é mais importante do que um governo de "pulso firme" para o país	38
Gráfico 7 - Percentual de respondentes que discordam sobre uma democracia sem partidos .	39
Gráfico 8 - Porcentagem de eleitores que afirmam possuir identificação partidária (2006 - 2014).....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Simpatia partidária e gênero.....	42
Tabela 2 - Simpatia partidária e idade.....	43
Tabela 3 - Simpatia partidária e idade.....	43
Tabela 4 - Simpatia partidária e escolaridade.....	44
Tabela 5 - Regressão logística para dimensões da democracia (2012).....	48
Tabela 6 - Regressão logística para dimensões da democracia (2014).....	51

LISTA DE SIGLAS

LAPOP – Latin American Public Opinion Project

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Participação e Identificação Partidária	11
1.1. Os Partidos Políticos e o Engajamento Partidário	12
1.2. Identificação Partidária.....	12
1.3. Cenário contemporâneo da identificação e engajamento partidário.....	18
2. A Legitimidade Democrática	24
2.1. Apoio Difuso e Específico à Democracia.....	25
2.2. Efeitos da desafeição e desengajamento sobre a legitimidade difusa e específica.	29
3. Democratismo e Partidarismo no Brasil	34
3.1 Dados e metodologia	34
3.2 Democratismo no Brasil	34
3.3 Partidarismo no Brasil	40
3.4. Relações entre Partidarismo e Democratismo	45
4. Considerações finais	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICE METODOLÓGICO A- Variáveis de identificação partidária	61
APÊNDICE METODOLÓGICO B - Variáveis democratismo	62

Introdução

Os estudos sobre os padrões de relacionamentos entre os cidadãos e as instituições democráticas têm ocupado lugar de destaque na agenda de pesquisas da Ciência Política. As investigações sobre o tema apresentam discussões de natureza teórica, conceituais e uma variedade de estudos empíricos que evidenciam alterações no padrão de comportamento político do eleitorado, tanto nas democracias consolidadas quanto nas jovens democracias.

Essas pesquisas demonstram redução no uso dos canais tradicionais de participação nas democracias estabelecidas, associada à queda nos níveis de confiança interpessoal. Norris (2007) é uma das autoras que verifica índices elevados de desconfiança e insatisfação com as instituições democráticas acompanhados por um alto apoio a democracia, ainda que isso pareça paradoxal. Essa desconfiança atinge principalmente as instituições clássicas da democracia representativa, como os partidos e sindicatos, que estariam perdendo espaço para canais ou modalidades de engajamentos alternativos, sobretudo ligados ao protesto político.

Esse questionamento das instituições democráticas, em especial dos partidos políticos, estaria ligado à modernização das esferas culturais, sociais e políticas, advinda principalmente do desenvolvimento socioeconômico que expandiu e complexificou as relações entre os cidadãos e as instituições. O afastamento e desconfiança do eleitorado quando se fala em partidos políticos faria parte do processo de questionamento das relações hierárquicas e da busca por laços mais horizontais entre os agentes políticos, convergindo com a emergência de novos valores cívicos, aspirações à liberdade, livre escolha e autoexpressão (INGLEHART, 1990).

A queda na participação partidária e identificação com os partidos políticos, juntamente com a mudança de valores do eleitorado, renovou o debate internacional sobre a compreensão dos processos democráticos. Diante dessa discussão, a presente dissertação tem como objetivo verificar em que medida o desalinhamento partidário dos cidadãos está acompanhado de menor ou maior adesão à democracia. Estaria ocorrendo no Brasil o mesmo que nas democracias consolidadas? O eleitorado brasileiro estaria apresentando uma cidadania crítica em relação aos partidos políticos? Os altos níveis de desconfiança em relação aos partidos estariam ligados a um desencantamento com as instituições democráticas em geral, colocando em risco as bases da legitimidade dessa forma de governo?

Nessa perspectiva, buscamos investigar o relacionamento entre a identificação partidária e a adesão a democracia e para atingir esse objetivo, analisamos os dados respectivos aos anos de 2006/2007, 2008 2010, 2012 e 2014 produzidos pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP).

A presente dissertação foi dividida em três capítulos. No capítulo inicial, apresentamos um cenário a respeito dos partidos políticos, fundamental para os objetivos de nossa pesquisa. Expomos nesse capítulo uma revisão bibliográfica clássica a respeito dos partidos políticos, destacando as principais vertentes dentro da literatura culturalista.

Já no segundo capítulo, tivemos como objetivo abordar as teorias a respeito do democratismo. Nossa proposta foi revisar a proposta de David Easton (1975), que considera a adesão à democracia como um fenômeno multidimensional, composto por apoio abstrato e específico, ajudando a compor nossa hipótese central. Ainda dentro desse capítulo, apresentamos pesquisas mais atuais que dão continuidade à proposta de Easton, demonstrando as alternativas para mensurar a adesão à democracia.

Fundamentado nos dois capítulos anteriores, o terceiro objetivou a apresentação da metodologia utilizada, explicitando nossa hipótese e questões centrais dentro de nossa dissertação. Também apresentamos as bases de dados utilizadas e como analisamos a relação entre partidarismo e democratismo.

Além disso, apresentamos no terceiro capítulo os dados e resultados obtidos através dos testes. Inicialmente, expomos resultados de análises longitudinais sobre o democratismo e também sobre o perfil dos eleitores a respeito da identificação partidária. Posteriormente, apresentamos as análises centrais de nossa dissertação, testando nossa hipótese principal. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

1. Participação e Identificação Partidária

Ao longo dos últimos anos, as democracias contemporâneas têm sido cenário de uma grande discussão no que diz respeito ao novo relacionamento entre os cidadãos e os partidos políticos. Nesse contexto, muitas pesquisas acadêmicas dedicam seus esforços em analisar como os eleitores expressam críticas e desconfiança em relação às instituições políticas. Esses estudos apresentam a centralidade da identificação partidária para a compreensão da democracia atual, pois esse conceito é relevante a medida que suas orientações influenciam diferentes aspectos do comportamento político.

Nessa perspectiva, este primeiro capítulo tem o objetivo de revisar as principais pesquisas a respeito dessa temática. Essa revisão bibliográfica é importante uma vez que apresenta, de forma não exaustiva, o que é a identificação partidária bem como suas diferentes proposições teóricas ao longo dos anos.

A primeira seção é dedicada à identificação dos eleitores com os partidos políticos a partir de uma revisão teórica clássica sobre a origem do conceito. Veremos que, inicialmente, essa medida de identificação partidária foi concebida como uma variável fundamental para compreender o comportamento político partidário estadunidense. Em um segundo momento, apresentamos as críticas à concepção clássica sobre a identificação partidária e a proposta de alguns autores de modificação dessa medida.

Na segunda seção, tecemos uma discussão mais detalhada a respeito da identificação com os partidos políticos com ênfase nos condicionantes que levam os indivíduos a desenvolver a identificação partidária. De forma geral, os modelos explicativos sobre a medida colocam a educação como preditor central, pois é através dela que o indivíduo desenvolve outras competências para compreender e dar sentido a política. Assim, a educação aliada ao interesse por política torna-se um importante condicionante para a identificação com os partidos.

Por fim, apresentamos, na terceira seção, o cenário contemporâneo sobre a identificação perante aos partidos. Nesse momento, discutimos o declínio do partidarismo em muitas democracias e a volatilidade da medida de identificação partidária não apenas nas democracias industriais avançadas, mas também nas jovens democracias.

1.1. Identificação Partidária

Desde sua gênese, os partidos políticos modernos são considerados como instituições fundantes do modelo democrático representativo como conhecemos hoje e os principais meios pelos quais os grupos sociais se organizam para a disputa política. Segundo Dalton (2013), a

capacidade dos partidos políticos de mobilizar e integrar os indivíduos dentro do processo democrático constitui-se como um ponto chave para o entendimento da democracia contemporânea. Porém, nos últimos anos, muitos países reconhecidos como democracias avançadas têm experimentado o aumento no número de eleitores que não manifestam ter identificação com os partidos, autodenominando-se como independentes partidários.

Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas um quarto dos eleitores afirmava não ser simpático a nenhum partido político nas eleições de 1960. Já em 2004, o eleitorado que se denominava apartidário chegou a 40%. Ou seja, uma grande parcela do eleitorado apresentava independência à identificação partidária no início deste século. A evidência do aumento do eleitores autodenominados independentes partidários justifica a necessidade de estudos que mapeiem o sentimento dos eleitores em relação a essa instituição.

Apesar de ser uma discussão bastante complexa nos dias de hoje, o conceito de identificação partidária não é recente, e há muitos anos essa medida tem sido utilizada especialmente em análises que tratam de democracias chamadas avançadas. Sua formulação foi proposta inicialmente de maneira bastante simples, composta pelas orientações afetivas que os indivíduos expressavam sobre um determinado partido político (CAMPBELL *et al*, 1960). Seus precursores acreditavam que nenhum outro dado poderia dizer mais sobre as atitudes e comportamentos do indivíduo como eleitor do que a sua identificação psicológica em relação aos partidos políticos. A identificação partidária concede significados aos sistemas de crenças individuais e proporciona um conjunto de percepções que auxiliam os indivíduos a organizarem a complexidade da política.

Desta forma, no início dos anos 60, o conceito foi abordado pelos pesquisadores da Universidade de Michigan como uma forma bastante efetiva de mensurar a relação entre o eleitor e a instituição partidária, considerado a identificação partidária um elemento chave para os estudos sobre as democracias modernas (SHIVELY, 1980). Essa forma de pesquisa não se limitou ao contexto norte-americano, mas estendeu-se a muitos outros países e sistemas democráticos. Entretanto, a medida não se mostrou tão eficaz quanto no sistema estadunidense. Contudo, houve questionamentos sobre capacidade explicativa da medida, sobretudo em razão da sua falta de clareza e estabilidade, haja vista as quedas bruscas do índice de identificação partidária entre o final da década de 1960 e nos primeiros anos de 1970 (WATTENBERG, 1998).

Esses indícios de instabilidade da medida abriram discussões também sobre sua aplicabilidade nos quadros de desalinhamentos partidários, o que levou a um debate que continua vigoroso até os dias de hoje. Sobre essas discussões, quatro questionamentos merecem destaque: (1) O que é identificação partidária?; (2) Como ela pode ser definida

teoricamente e medida empiricamente?; (3) Qual sua estabilidade? Se ela varia em curto prazo ou em longo prazo, quais suas consequências?; e (4) Como ela é formada? (HOLMBERG, 2009).

Como antecipamos, a delimitação original do conceito de identificação partidária foi feita pela Escola de Michigan. Além disso, o conceito também teve como base a Psicologia Social (BELKNAP & CAMPBELL, 1952; CAMPBELL *et al*, 1960). Na perspectiva clássica derivada desses conceitos, a identificação¹ partidária é definida como o vínculo afetivo dos indivíduos a um partido com base no sentimento de proximidade com o grupo social associado a ele, da mesma maneira que se identificam com os grupos religiosos, étnicos, bem como com sua classe social. Sendo assim, a identidade social se constitui como um aspecto básico do partidarismo, claramente enfatizado pelo sentimento de pertencimento a determinado grupo (TAJFEL, 1978). A ligação afetiva do sujeito ao “seu” partido pode acontecer com diferentes graus de envolvimento, sendo análoga à ligação entre os indivíduos e a religião, que comporta os profundamente religiosos, mas também os não praticantes.

Sob essa perspectiva, o partidarismo é, de acordo com Green, Palmquist e Schickler (2002), uma forma de identificação social na qual “*citizens have an enduring sense of what sorts of people belong to various parties and whether they identify with these social groups*”. A identificação com um determinado partido dentro do sistema político seria produto da internalização de certos comportamentos, símbolos e significados presentes no ambiente de socialização dos indivíduos que moldaria, ainda na juventude, a perspectiva política da sua vida adulta. Esse modelo psicossociológico, então, define a identificação partidária como estável e duradoura devido ao processo de socialização, pouco questionada no decorrer de vida do eleitor, salvo nos momentos de crise e realinhamento eleitoral.

Ainda sob esse viés clássico, a identificação partidária seria necessariamente composta por orientações fortemente afetivas. Ela possuiria características estáveis e previsíveis em termos de percepções, podendo, assim, ser associada com o voto dos eleitores ao longo dos anos. A identificação partidária seria anterior às preferências em relação aos outros objetos da política eleitoral, inclusive a própria preferência aos candidatos. Isso se deveria ao fato de ser passada de geração em geração, principalmente na socialização primária no ambiente familiar (PEREIRA, 2014).

Outra importante característica da identificação partidária é a sua capacidade de estruturar as opiniões e preferências dos eleitores sobre a política. Segundo Brady e

¹ O termo “identificação” é produto da filiação teórica desses autores à chamada teoria do “grupo de referência”. Essa abordagem é derivada da Psicologia Social, e estabelece o preceito de que os indivíduos mantêm laços afetivos com certos grupos e os utilizam como referência positiva para ação social em detrimento de outros. Ou seja, a “identificação” seria produto do sentimento de pertencimento a uma dada coletividade (CAMPBELL *et al.*, 1960).

Sniderman (1991), na democracia estadunidense, os eleitores conseguem se posicionar politicamente com base no sentimento expresso por cada partido, tendo o eleitor a possibilidade de agir de forma democrata ou republicana em relação a importantes temas da política a partir de sua inclinação de gostar ou não gostar desses grupos. Em seus estudos, Druckman (2001) demonstrou como os partidos políticos auxiliam no posicionamento político do eleitorado através dos chamados “efeitos de enquadramento”. Assim, os eleitores alteram suas preferências individuais com base no partido pelo qual se identificam, o que demonstra a influência do partidarismo nas escolhas políticas dos estadunidenses.

As evidências encontradas na literatura clássica especializada no tema demonstram que laços partidários permanecem estáveis por toda a vida e representam um apego emocional a um partido político desde a primeira escolha eleitoral do cidadão. Dessa forma, a teoria sugere que a identificação partidária é formada dentro do processo de socialização dos indivíduos, uma das formas pelas quais eles aprendem a orientar-se politicamente desde sua juventude.

Entretanto, segundo Antunes (2008), é importante ressaltar que o modelo da escola de Michigan não faz coincidir a identificação partidária com o sentido do voto do eleitor. Para o autor, existe uma importante distinção entre a perspectiva psicológica da identificação partidária e a natureza objetiva do comportamento eleitoral. A identificação partidária seria como um filtro de percepções por meio do qual os eleitores escolhem aquilo que é favorável às orientações do seu partido e ignoram o desfavorável. Levando em conta a importância dos partidos nas sociedades democráticas, a identificação partidária torna-se um instrumento de “leitura” das propostas eleitorais.

Mesmo concordando com essa relevância afetiva, outros autores apontam que fatores cognitivos e racionais influenciam a natureza objetiva do comportamento eleitoral. Por isso, a dimensão emocional e não política da identificação partidária foi alvo de inúmeras críticas, sendo a maior parte delas endereçada por adeptos da teoria da escolha racional. Segundo Fiorina (1981), existe grande importância do fator cognitivo e da avaliação da política *a posteriori*, o que forma um aspecto inegável da identificação partidária e a transforma em uma variável volátil, racional e claramente afetada por múltiplos fenômenos. Os estudos de Fiorina são considerados sofisticados por muitos pesquisadores do tema, que julgam o componente racional como extremamente relevante para a identificação partidária (ABRAMOVITZ & SAUDERS, 2004).

Por outro lado, os estudos empíricos na Europa variam de acordo com a ótica de análise. Eles perpassam pelo campo de estudo mais emotivo e também caminham pela perspectiva racionalista, buscando a melhor utilidade do conceito para os problemas de

pesquisa. No entanto, em países como Inglaterra e Holanda, a utilidade do conceito é bastante questionada, de modo que autores como Thomassen (1976) afirmam que é pouco relevante saber qual partido o eleitor se sente mais próximo, pois a identificação partidária é menos estável que o voto, com poucas evidências de uma relação casual entre eles. Estudos posteriores a esse demonstraram que a identificação partidária é realmente menos estável que o voto nos Países Baixos (VISSER, 1992). Segundo Holmberg (2009), a proporção de eleitores na Suécia que votaram em partidos diferentes daqueles aos quais se identificam foi grande - iniciado em 11% entre 1973 e 1976, mas subindo para 20% de 1998 e 2002. Esse fato, somado às evidências apontadas por outros pesquisadores em vários países europeus, contribui fortemente para o questionamento do modelo clássico de afetividade da Escola de Michigan.

Apesar das severas críticas ao modelo na Europa, a identificação partidária continuou a ser relevante dentro do contexto norte americano, porém ela foi revisada. Inicialmente, o conceito foi concebido como uma variável extremamente estável. No entanto, a concepção dos revisionistas é de que as lealdades partidárias são atualizadas constantemente. Essas mudanças acontecem em resposta a uma série de forças de curto prazo como, por exemplo, flutuações econômicas e avaliações de candidatos ou desempenho do governo (FIORINA, 1981). Fiorina incorpora em sua teoria elementos da escolha racional, sugerindo que os indivíduos podem alterar, através de experiências e avaliações políticas, sua identificação partidária de acordo com os resultados políticos almejados.

De forma a contribuir com os estudos revisados, as evidências encontradas por Niemi e Weisberg (2001) apontam que a identificação partidária está relacionada às circunstâncias econômicas e políticas, não apenas à socialização. Outros fatores como a modernização e a mobilização cognitiva complementaram a concepção da identificação partidária, afirmando que ela se tornaria menos funcional entre os eleitores, o que causaria o declínio do partidarismo nas democracias ocidentais (DALTON, 2013).

A maioria das pesquisas sobre o tema até aqui tem sido realizada nas democracias estabelecidas, principalmente nos Estados Unidos, o que justifica a relevância de estudos nos novos sistemas partidários, a fim de atribuir uma perspectiva mais original de desenvolvimento do partidarismo, pois os dados das novas democracias também complementam o conhecimento sobre as democracias estabelecidas (SHIVELY, 1979).

Em relação à América Latina, a literatura internacional apresenta uma tendência de volatilidade partidária em alguns países e de estabilidade em outros, e o desalinhamento partidário é pouco verificado (GIMENES, 2015). De modo especial no Brasil, Carreirão e

Kinzo (2004) apresentam um cenário pessimista, com um sistema partidário frágil e discrepâncias entre os sentimentos partidários e as opiniões dos eleitores.

Segundo Singer (2010), no Brasil, a identificação partidária está ligada a percepção dos eleitores em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT), considerado como a espinha dorsal do partidário brasileiro. Ainda segundo o autor, após a chegada do PT à presidência em 2002, inicia-se uma mudança no perfil do eleitorado que se identifica com o partido, com perda de um segmento mais ideológico e intelectualizado, sofrendo, assim, alterações em suas bases sociais, atitudinais e ideológicas.

Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) também contribuem com essa discussão ao buscarem verificar o relacionamento entre os sentimentos partidários e as atitudes políticas dos eleitores. As evidências apontam que os eleitores que apresentam sentimentos partidários a favor do PT demonstram uma maior adesão à democracia, defesa de maior papel do Estado, aceitação do igualitarismo e à censura em determinadas situações. Por outro lado, aqueles que expressaram sentimentos positivos ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) apresentam associações negativas quanto à adesão à democracia e ao estatismo e positivas com a aceitação do igualitarismo e censura. De forma complementar, outras pesquisas verificam que os simpatizantes do PT, PSDB e também do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Verde (PV) praticamente não se diferenciam em termos de características sociodemográficas e de sofisticação política, com interesse por política, busca por informação, conhecimento político (BORBA, RIBEIRO, GIMENES, FURRIEL, 2013).

Outra opção de análise para a identidade partidária encontrada em pesquisas nacionais é realizada através do voto em legenda. Em seus estudos, Bizzarro (2010) apresenta que a disposição do eleitor para votar em uma legenda partidária (e não em um candidato) pode ser considerada como um indício de identificação partidária, justamente em um sistema democrático marcado pelo personalismo. Porém, o autor ressalta que existe um descompasso entre os índices de identidade partidária declarada pelo eleitorado e os votos obtidos pelas legendas, que apresentam quantidades significativamente superiores.

Essa contradição entre os resultados esperados teoricamente e sua efetivação abre portas para uma grande discussão. Samuels (1997) afirma que, de 1986 a 1994, a maioria dos partidos políticos brasileiros encontravam grandes barreiras para estruturar os votos através da identificação partidária. Segundo o autor, o sistema político favorecia o personalismo e a figura dos candidatos, algo que é alterado apenas a partir da chegada do PT à presidência, sendo esse o primeiro partido nacional com moldes semelhantes ao partido de massa de

Duverger (1951), que criou uma forte identidade com os seus eleitores. Esse fato explica grande parte dos votos em sua legenda durante os anos.

Bizzaro (2010) ainda demonstra que os votos nas legendas partidárias são incongruentes com os resultados obtidos através da identidade partidária, constituindo uma incógnita para o caso nacional. Segundo o autor, os dois maiores partidos brasileiros (PT e PSDB) auxiliam nas orientações políticas de grande parte do eleitorado. Ele destaca que o PSDB apresenta lealdade partidária diferente dos moldes petistas, um atalho para o posicionamento político que estabelece um fenômeno que o autor aponta como uma “identidade difusa”.

Os estudos sobre o tema da identificação partidária na jovem democracia brasileira, apresentados de forma sucinta, demonstram a riqueza de fenômenos dentro do cenário nacional. A próxima seção tem como objetivo apresentar o cenário atual do engajamento e da identificação partidária no cenário internacional e também no Brasil.

1.3. Cenário contemporâneo da identificação e engajamento partidário.

As mudanças no padrão de relacionamento entre eleitores e partidos políticos têm sido objeto de várias análises nos últimos anos, tanto nas velhas democracias quanto nas jovens. Pesquisas empíricas têm constatado a estabilização ou declínio das formas convencionais de participação política, dentre as quais está a militância ou envolvimento partidário (PUTNAM, 1995, SCARROW, 2000; SEYD & WHITELEY, 2004; BORBA & RIBEIRO, 2011; DALTON & WATTENBERG, 2001) e a ascensão das formas não convencionais de participação política, como protestos, manifestações e boicotes (INGLEHART & CATTERBERG, 2000; DELLA PORTA 2003; NORRIS 2007).

Putnam (1995) argumenta que, a partir de 1970, começam a ocorrer alterações sociais nos EUA como o aumento no consumo cotidiano de mídia e a intensificação da vida nas metrópoles. Essas alterações, segundo o autor, ocorreram juntamente com a diminuição da confiança interpessoal e a queda da participação política dos indivíduos. Segundo Freire (2012), é a partir dessas evidências que muitos pesquisadores começaram a investigar como as instituições tradicionais da democracia representativa são afetadas por esse fenômeno, bem como as características individuais e de contexto que poderiam estimular ou não a mobilização política dos indivíduos.

Sobre o mesmo fenômeno, Inglehart e Welzel (2005) contrariam os pressupostos pessimistas de Putnam (1995). Em seus estudos sobre a modernização social, os autores afirmam a existência de uma mudança de valores individuais ligados à autoexpressão, que

potencializaria a utilização de novos canais de envolvimento político. Essa mudança marca uma ação política crítica em relação às instituições tradicionais representativas e amadurece o processo democrático. Nesse modelo teórico, a modernização social passa por diferentes fases e são evidenciadas por uma forte substituição dos valores de sobrevivência por valores de autoexpressão. Esse processo atribui aos indivíduos uma emancipação cada vez maior em relação às figuras de autoridade, ampliando a liberdade e as escolhas humanas.

Os efeitos emancipadores supracitados advêm da elevação do estado de bem-estar social, o que torna as pessoas materialmente mais seguras em relação a outros períodos. O aumento da cognição também é considerado como preditor dessa cidadania crítica, já que, de acordo com Inglehart e Welzel (2005), os maiores níveis de educação e a expansão da comunicação de massa aumentam a autonomia das pessoas. A atual modernização produz mudanças culturais que levam a demanda das massas por instituições democráticas e um comportamento responsivo das elites, viabilizando cada vez mais o surgimento da democracia e a fortalecendo-a onde ela já existe (INGLEHART; WELZEL, 2005).

Segundo Norris (2007), existem outros indícios que questionam o pessimismo de Putnam (1995). O processo de modernização social altera o modo com que os indivíduos atuam na esfera pública e transformam o capital social e sua relação com as elites políticas. Os sujeitos materialmente mais independentes e mais escolarizados não necessariamente oferecem um risco para a democracia. Ao contrário, segundo a autora, os estudos demonstram uma nova forma de atuação cívica e política, um novo relacionamento entre o eleitorado e as instituições democráticas representativas.

Borba e Ribeiro (2011), em suas pesquisas sobre a redução das formas tradicionais de participação, apresentam outro indício que favorece essa linha de argumento a respeito do aprofundamento dos valores democráticos. As evidências demonstram aumento significativo nos índices referentes às atividades não tradicionais². Além disso, elas demonstram, também, que as novas formas de participação política têm expandido o repertório de ação do eleitorado, possibilitando a alteração das desigualdades na participação política e a modificação do processo democrático do ideal de “um homem, um voto” (SCARROW, 2000). Outras pesquisas também questionam a força da participação política na atualidade, principalmente pela diminuição nos índices do engajamento político tradicional (VAN BIEZEN, 2012), configurando algo como o que Inglehart e Catterberg (2002) chamaram de “efeito pós-lua de mel” nos países que experimentaram a transição democrática no final dos anos 80 e início dos anos 90.

² As pessoas buscam o engajamento político nas atividades não tradicionais, mesmo julgando-se incapazes de modificar as decisões políticas oficiais, pois a autoexpressão tornou-se um valor em si, e não somente um meio para atingir fins específicos (INGLEHART; WEZZEL, 2005).

A ascensão dos valores pós-materialistas, segundo Inglehart e Wezel (2005), tem aumentado a desconfiança e o questionamento das instituições hierárquicas. Isso levaria os indivíduos a buscarem uma participação política direta e horizontal ligada aos novos valores de autoexpressão. A situação dos partidos políticos seria exemplar nesse processo de questionamento das instituições tradicionais representativas, pois muitos pesquisadores têm demonstrado um aumento expressivo da desconfiança perante essa instituição (BAQUERO, 2010; ALCANTARA SAEZ & FREINDENBERG, 2002).

Essas mudanças no padrão de comportamento político do cidadão médio inicialmente conduziram à democratização em sociedades autoritárias e também a contestação das elites políticas nas sociedades já democráticas (INGLEHART & WEZEL, 2005). As objeções levam ao enfraquecimento do apoio das massas aos partidos, demonstrando a sofisticação do eleitorado e sua postura crítica em relação às instituições hierárquicas. Isso, entretanto, não pode ser rapidamente interpretado como sinal de que a queda do capital social leva a diminuição da participação política das massas. Ao invés disso, as atividades do eleitorado são cada vez mais intensas em formas de participação não convencionais centradas nos problemas que os afligem (DALTON, 20013).

Mesmo que grande parte das pesquisas empíricas argumente sobre a desconfiança e a diminuição do engajamento sobre a instituição partidária, suas consequências para a democracia ainda são incertas. Diversos estudos sobre o tema apontam para a importância dos partidos políticos que contribuem com a estabilidade do cenário político e com a influência, de forma positiva ou negativa, sobre as relações entre Estado e sociedade civil (DALTON & WATTENBERG, 2000, SCARROW, 2000; BAQUERO, 2010; DELLA PORTA, 2003). Além disso, é preciso reconhecer a função dos partidos no processo de educação eleitoral, uma vez que incentivam os cidadãos a participarem e reforçam laços de confiança e sentimentos de identificação política ou fidelidade partidária (VEIGA, 2007).

Scarrow (2000) afirma que há duas razões para o declínio do engajamento partidário e para as mudanças no perfil de seus membros. Primeiramente, seria preciso reconhecer que é necessário um montante significativo de recursos para se filiar a um partido, o que levaria os indivíduos a buscarem outras formas menos onerosas para participarem politicamente. Além disso, os partidos não ofereceriam mais motivos instrumentais para os cidadãos, como a esperança de promover um objetivo político coletivo, patrocínio ou entretenimento social. Whiteley (2011) aponta que outra dificuldade muitas vezes encontrada é que os partidos políticos acabam se aproximando de seus membros por motivos plebiscitários e clientelistas, e não por razões democráticas em favor de uma melhoria pública.

A mudança no estilo de vida entre o eleitorado é outra possível causa para a diminuição do número de apoiadores dos partidos. Nos dias de hoje, os cidadãos tem um acesso muito maior a atividades de lazer do que há meio século, além de muitas oportunidades de participar politicamente de outras formas, como protestos ou mesmo através da internet (DALTON, 2006). Como já esclarecido, os membros partidários são - e sempre foram - uma pequena parcela de um eleitorado mais amplo. Porém, sua importância não pode ser subestimada, pois aqueles que se relacionam com os partidos tendem a desenvolver uma integração política em suas redes locais, promovendo a estabilidade política. Por exemplo, a força e a estabilidade de um partido político nacional e o sucesso de seus candidatos a cargos eletivos em todos os níveis estão intimamente relacionados com o número dos membros do partido e simpatizantes entusiasmados ativos em nível local (National Democratic Institute, 2003).

Desde os primeiros estudos sobre a participação política, ficou claro que aqueles que participam da maioria dos tipos de atividades políticas não são parte demograficamente representativa do eleitorado (VERBA; NIE & KIM, 1972). Os membros partidários, em comparação com as médias populacionais, são mais frequentemente homens, mais velhos, mais escolarizados e com maior renda. Porém, existem exceções a esses padrões, como os partidos verdes que demonstram uma participação relativamente mais jovem, ou o Partido Conservador Britânico, que demonstra paridade de gênero entre seus membros (WHITELEY, 2011).

O descompasso entre a demografia dos membros do partido e o eleitorado geral pode ter vários tipos de consequências políticas. Um partido com membros muito diferentes daqueles que espera representar tende a ter sua credibilidade questionada. Por exemplo, propostas de melhorias para as mulheres podem ser encaradas com desconfiança se existir um baixo número de mulheres participando, e essas disparidades de interesses podem indicar o distanciamento em relação a grupos específicos. Pedersen (2004), em seus estudos sobre os partidos dinamarqueses, descobriu que os membros do sexo feminino demonstraram maior interesse por questões sociais do que os homens, em um quadro partidário de sub-representação do sexo feminino. Sendo assim, se houver diferenças sistemáticas sobre outras questões, em outros partidos, a composição demográfica da filiação partidária pode alterar os resultados políticos e levar o partido a ganhar ou perder simpatia ou mesmo eleições.

Outra desconexão entre os membros partidários e o restante do eleitorado poderia ser agravada pelas diferenças não demográficas. Nas discussões sobre os membros partidários, as diferenças de opiniões políticas e ideológicas entre os engajados e o eleitorado médio são sempre mencionadas. Segundo a teoria de May (1973), existe uma grande discrepância na

visão política e ideológica entre a maioria do eleitorado que apenas vota em um determinado partido e aqueles que possuem cargos e escritórios dentro dos partidos. Para o autor, esse fenômeno tende a gerar menor representatividade política e um afastamento do eleitorado mediano dos partidos políticos.

Embora existam estudos que apoiem a ideia que militantes partidários mantenham opiniões mais radicais do que os outros apoiadores partidários, uma investigação sistemática tem fornecido pouca legitimidade para a lei de May. Norris (2007) demonstra que a maioria das opiniões dos militantes do partido se assemelha àquelas recorrentes dos indivíduos menos ativos, e que as atitudes e prioridades entre os membros partidários e o eleitorado médio não demonstram tamanha discrepância.

Aderir a um partido político e manter seu status como membro é uma forma de engajamento político de alto custo que apenas uma pequena parcela da população está disposta a fazer. O número de matrículas partidárias é uma importante característica dos partidos, já que podem favorecer vantagens eleitorais, ajudando, assim, a compreender as possíveis implicações sobre o fenômeno de declínio do partidarismo, pois o envolvimento de grande parte dos engajados nos partidos acontece apenas em épocas eleitorais, consideradas períodos de alta mobilização.

Homberg (2009), estudando os partidos da Noruega em 1990, demonstrou que o trabalho desempenhado pelos membros dentro dos partidos políticos não aumentou com o declínio das filiações, nem mesmo com o fortalecimento das atividades via internet. Um estudo de Whiteley sobre o partido Trabalhista Britânico, também da década de 1990, sugeriu uma imagem ainda pior. Com os níveis de adesão em queda, os membros relataram que seu trabalho era meramente funcional (Seyd & Whiteley, 2004). Portanto, os estudos internacionais convergem para uma redução nas atividades dos membros partidários. No entanto, suas ações ainda permanecem importantes, pois seus membros ainda podem angariar fundos, ajudar em campanhas, participar de atos civis e apoiar o partido em diversas outras frentes eleitorais.

Na maioria dos partidos a participação envolve recursos financeiros de forma periódica ou contribuições adicionais para causas específicas. Duverger (1963) descreve que a contribuição financeira é uma das funções principais dos membros, o que foi fundamental para os partidos de massa, sendo que sua importância equivale aos títulos de capitalização para o financiamento de guerras, com grandes quantias levantadas a partir de pequenas somas individuais.

Segundo Witheley (2011), evidencia-se, nos últimos anos, uma mudança no posicionamento dos partidos em muitas democracias, com acentuado estreitamento de suas

relações com o aparato estatal. Esse estreitamento forma um cartel de partidos financiados pelo Estado, burocratizando muitas atividades dos membros partidários e diminuindo os incentivos de novos engajados. A partir do momento que os partidos são financiados pelo Estado, esses perdem o interesse em agremiar voluntários, prática que desestimula a necessidade da construção de um vínculo entre o indivíduo e o partido. Em suma, o Estado estaria sufocando a atividade partidária (WITHELEY, 2011; DALTON, 2013).

Cabe destacar que os números sobre as finanças dos partidos são notoriamente difíceis de serem obtidos e que a principal fonte de receita das legendas não são as contribuições dos seus membros, principalmente com os subsídios públicos. Na Alemanha, por exemplo, os partidos são extremamente dependentes do dinheiro público. No entanto, eles são obrigados a ter pelo menos metade de suas receitas advindas de fontes não públicas (PEDERSEN, 2004).

A importância que muitos autores têm dado para o relacionamento entre o eleitorado e os partidos políticos é evidente nas discussões culturalistas. O diagnóstico apresentado é de diminuição do engajamento partidário em muitas democracias consolidadas e em algumas nações latino-americanas, que demonstram um distanciamento entre os indivíduos e a instituição partidária (BAQUERO, 2000; WITHELEY, 2011; DALTON, 2013). Segundo Borba, Gimenes e Ribeiro (2013), esse fenômeno é causado tanto por uma alteração no comportamento político do eleitorado, em nível micro social, quanto por mudanças na estrutura dos próprios partidos políticos, sugerindo uma alteração também em nível macro sociológico.

O atual desencantamento do eleitorado quanto às instituições tradicionais é enxergado como uma incógnita em muitas democracias. Em suas pesquisas, Dalton (2013) afirma a existência de um novo relacionamento entre os eleitores e os partidos políticos, principalmente pela emergência de uma nova cidadania crítica, com valores fortemente democráticos, horizontais, baseados na autoexpressão.

As pesquisas realizadas por Dalton são referentes às democracias consolidadas, com maior estabilidade política e estoque de legitimidade. Nesse sentido, são justificáveis os estudos nas denominadas novas democracias, pois, na América Latina, o cenário tem características próprias, já que, mesmo com o avanço nos índices de associativismo e o desenvolvimento de novos procedimentos democráticos, ainda é evidente um descompasso entre a consolidação da cidadania e a intermediação dos partidos (BAQUERO, 2010).

Apresentamos, nesse capítulo, estudos sobre os partidos políticos, considerados seminais para os objetivos de nossa dissertação. Os pressupostos teóricos e suas análises são um caminho para as atuais pesquisas sobre a identificação partidária, nas quais é demonstrado

como a identificação partidária é um conceito chave para a compreensão do comportamento político contemporâneo.

As evidências demonstram que o eleitorado estudado inicialmente por Campbell et. al (1960) dificilmente pode ser encontrado nos dias de hoje. Atualmente, o aumento dos níveis educacionais, em conjunto com o acesso as informações políticas, têm expandido as habilidades do eleitorado. Consequentemente, os laços partidários não apresentam a mesma intensidade que anteriormente, abrindo o questionamento sobre as possíveis implicações desse fenômeno para a democracia. Dessa forma, no próximo capítulo, discutiremos sobre a legitimidade da democracia e sobre como os estudos sobre o tema abordam a adesão dos indivíduos às muitas dimensões democráticas, visto que nosso objetivo é verificar os possíveis efeitos da desafeição dos partidos políticos sobre a democracia.

2. A Legitimidade Democrática

Neste capítulo, buscamos esclarecer em que consiste o apoio normativo a democracia, já que nosso objetivo principal é averiguar em que medida a desafeição com os partidos está ligada, de maneira positiva ou negativa, à adesão aos princípios e valores democráticos. Buscamos, então, demonstrar a complexidade dessa dimensão valorativa e como o apoio político pode ser expresso pela confiança ou legitimidade em relação aos objetos políticos. Na primeira seção, apresentamos uma revisão das abordagens clássicas e contemporâneas sobre a questão da legitimidade democrática. Iniciamos pelas propostas teóricas de David Easton (1975) e, em seguida, passamos para outros trabalhos que dão continuidade a perspectiva multidimensional. Também nessa seção alertamos para a necessidade de cautela ao estudar o tema nas jovens democracias.

A segunda seção é reservada aos efeitos da apatia e desengajamento sobre a legitimidade difusa e específica da democracia. Basicamente, discutimos duas posições dominantes sobre o assunto e que serão fundamentais para orientar os testes estatísticos que conduzimos mais a frente. A primeira delas está baseada nos trabalhos de Putnam (1993) e sua perspectiva sobre a queda do capital social, aumento da desconfiança sobre as instituições tradicionais da democracia e seu potencial erosivo sobre a legitimidade democrática. Por outro lado, temos as proposições otimistas de Russel e Dalton (2013), para quem o afastamento e a desconfiança em relação aos partidos podem ser benéficos para a democracia, pois seriam características de um cidadão cético, crítico, politicamente sofisticado e a favor do aprofundamento democrático.

2.1. Apoio Difuso e Específico à Democracia

Desde o seminal trabalho de Almond e Verba (1963), a ciência política tem um campo fértil de pesquisas que buscam investigar a relação entre a cultura e as instituições políticas. Apesar das críticas recebidas, o princípio central deste trabalho continua em discussão nos dias contemporâneos: qual o papel das orientações políticas dos indivíduos para a estabilidade e legitimidade dos regimes democráticos?

A partir desse trabalho, outras pesquisas têm se dedicado a identificar os níveis de apoio expresso pelos cidadãos ao sistema democrático como um todo e também às partes que o compõem. Esses estudos foram intensificados a partir da Terceira Onda de democratização, pois, apesar da recepção inicial favorável em muitos países, um número crescente de observadores tem verificado que muitas democracias apresentam graves deficiências em sua prática efetiva (INGLEHART & WELZEL, 2005). Muitos autores problematizam o apoio ao regime, principalmente no contexto das jovens democracias, marcadas por um passado autoritário somado a instabilidade social e econômica, e procuram qualificar melhor essa adesão (CASALECCHI, DAVID, QUARESMA, 2013).

Os estudos contemporâneos que buscam analisar o apoio dos cidadãos ao sistema democrático preservam a característica clássica de levar em conta a sua multidimensionalidade. David Easton (1975)³ foi um importante teórico que conceituou os valores políticos básicos para a legitimidade de um regime, partindo do princípio de que o apoio⁴ político é direcionado a três objetos fundamentais do sistema: (1) o regime; (2) a comunidade; e (3) as autoridades. Tais orientações seriam divididas em dois níveis diferentes: a) o apoio difuso, composto pelos valores fundamentais do sistema; e b) o apoio específico, composto por avaliações mais concretas sobre o desempenho em relação a suas instituições e autoridades. Para esse autor, a chave do conceito de apoio está no tipo de avaliação que o indivíduo faz sobre o objeto político, relacionado com as avaliações positivas e negativas. O apoio é o modo pelo qual o indivíduo orienta-se valorativamente em relação ao objeto através de atitudes e comportamentos.

O primeiro tipo de apoio teorizado por Easton – o apoio difuso - é aquele construído através de longos e contínuos processos de socialização que formam nossos valores, crenças e

³Na década de 1970, momento da publicação do artigo mencionado, tanto os Estados Unidos quanto a Europa enfrentavam problemas relacionado à relação de confiança entre governo e governados. A esse contexto, em que se destacam problemas políticos de ordem prática, se dirige o conceito de apoio político. Nesse sentido, justificando projetos de pesquisas, assim como "The Civic Culture", se preocupa com valores, crenças e atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político (GIMENES, 2012).

ideologias políticas, contribuindo para estabilidade ou crise do sistema político. O apoio difuso é entendido como um reservatório de valores favoráveis que auxiliam na aceitação ou tolerância, principalmente em períodos de instabilidade social e política, sustentando o regime como um todo, sem levar em conta seu funcionamento concreto.

A fonte de legitimidade do apoio difuso está ligada a socialização política dos indivíduos, independente do desempenho do regime em curto prazo, apresentando, assim, pouca volatilidade no decorrer dos anos. A socialização na infância e os primeiros anos da vida adulta são importantes para solidificação desse apoio. No entanto, ele é composto também pelas experiências diretas do indivíduo, ainda que os sistemas políticos também possam ser sustentados sem que necessariamente esse apoio esteja formado. Isso pode ocorrer uma vez que os indivíduos podem sustentar o regime apenas com as avaliações específicas e conjunturais, como os benefícios concedidos pelas autoridades políticas, até que esses reservatórios de valores favoráveis a democracia sejam constituídos ao longo dos anos (EASTON, 1975).

É necessário esclarecer que o apoio difuso tem uma dimensionalidade não homogênea, podendo ser um termo abrangente e difícil de lidar empiricamente. Nos países que passaram pelos regimes totalitários e sociedades de baixa renda, pode-se observar um apoio aberto à democracia, mas aqueles que a apoiam de maneira intrínseca correspondem a uma pequena minoria. Nesse sentido, a maioria das pessoas acaba por apoiar a democracia por razões instrumentais que não refletem a alta valorização do regime. Esse apoio se dá, principalmente, à medida que seu conceito é ligado a prosperidade e a ordem.

Em seguida, a forma de legitimidade do sistema político – o apoio específico - é resultado de nossas experiências com o funcionamento real do sistema, criando avaliações positivas ou negativas a respeito de seu funcionamento concreto. O apoio específico é a satisfação que os membros expressam em relação aos resultados e desempenho das autoridades ou instituições políticas. O sujeito deve perceber esse apoio e enxergar suas demandas associadas à causalidade da força das autoridades. Nesse sentido, a avaliação pode surgir pelo atendimento explícito de demandas, avaliadas de acordo com sua realização. Ela pode ser de grande importância para estabilidade ou mudança do regime, pois a desconfiança e o descrédito colocam em risco a legitimidade das autoridades (EASTON, 1975).

Os níveis de apoio difuso e específicos partilhados pelos cidadãos são bases para o entendimento da legitimidade democrática. Easton (1975) destaca que o aumento da desconfiança e insatisfação com o regime tem efeitos incertos sobre a democracia. No entanto, no contexto das jovens democracias, a dissonância entre esses dois níveis deve ser tratada com cautela, principalmente nos países da América Latina (BAQUERO, 2010). Dessa

forma, essa lacuna tem sido um empecilho para consolidação e aprofundamento da democracia nesses países e, mesmo que seus efeitos sejam ainda indefinidos, pesquisadores têm se dedicado a analisar as consequências de sucessivas avaliações negativas sobre o funcionamento concreto das suas instituições (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2013).

Brattom e Mattes (2007), ao estudarem a adesão à democracia em países africanos, evidenciam que o percentual de apoio à democracia é tão elevado quanto os encontrados na América Latina. Os autores apontam que esses dados refletem a adesão a essa forma de governo de forma instrumental em vez de razões intrínsecas, ou seja, ao contrário de um valor que expressa uma cultura política favorável à democracia, seu apoio é derivado de avaliações conjunturais, como a popularidade do governo ou sucesso das políticas econômicas (CASALECCHI, DAVID, QUARESMA, 2013).

Os estudos realizados na América Latina alertam para os altos níveis de insatisfação e desconfiança em relação ao funcionamento concreto da democracia, principalmente sobre suas instituições representativas. Esse cenário deve ser encarado com atenção, pois muitos países tiveram sua cultura política marcada por governos autoritários. Essa herança autoritária dificulta o surgimento de uma cidadania crítica, perpetuando valores e atitudes ligados à apatia e descrença, que podem acarretar incertezas ao longo prazo ao sistema democrático (NORRIS, 1999; DALTON 2004).

O Brasil, assim como outros países submetidos ao regime militar no século passado, tem vivenciado a experiência democrática nas últimas décadas. Segundo Lima e Cheibub (1996), a primeira transição democrática já se consolidou no caso brasileiro, uma vez que ela correspondente à queda do regime autoritário anterior para a instalação do primeiro governo democrático eleito, fato ocorrido ainda na década de 1980. Os autores destacam que o cenário nacional começa a ficar problemático após a primeira transição, quando se trata do conteúdo efetivo da democracia, ou seja, sua consolidação e funcionamento concreto.

Diante disso, a segunda transição teria características incertas, com uma definição em aberto, opondo a adesão instrumental com ênfase nas instituições e a adesão baseada em princípios e valores (LIMA; CHEIBUB, 1996). É nesse período de indefinição e nebulosidade que a jovem democracia brasileira tem experimentando outras formas de participação política para além do voto, como os orçamentos participativos, audiências públicas, conselhos gestores e plebiscitos (GONZÁLEZ, 2013).

Dando continuidade a esses estudos, Moisés (2008) adverte que os estudos que buscam qualificar a adesão à democracia devem levar em conta a importância da cultura política na América Latina. Os países que passaram por experiências de regimes totalitários demonstram traços de valores ligados à sobrevivência associados a preferências autoritárias e

ambivalentes. Nesse cenário, os valores políticos devem ser tratados com cautela, principalmente levando em conta a relevância da socialização na cultura política dos indivíduos. O autor afirma que a democracia no Brasil, como forma de governo, estaria assegurada, porém os altos índices de insatisfação e desconfiança sobre suas instituições representativas e a atuação dos líderes políticos frente aos problemas da nação são pontos a serem destacados quanto ao funcionamento concreto do regime. Essa evidência de que o apoio difuso manifesta-se em alta e que o apoio específico apresenta uma menor constância configura a lacuna já identificada e teorizada anteriormente por Easton (1975).

Acrescentam-se também a essa discussão os estudos de Carrion (2009), que propõe verificar o apoio ao golpe militar em casos de desemprego, delinquência e corrupção entre os indivíduos que afirmavam preferir o regime democrático a qualquer outro. Os resultados são reveladores, pois aproximadamente 29% dos entrevistados disseram preferir o regime democrático a qualquer outro ao mesmo tempo em que consideram justificável o golpe militar nos casos citados. Esses números convergem para as análises de Moisés (2008) e outros autores que afirmam a existência de uma cultura política com resquícios autoritários.

Ribeiro (2008) analisa as várias dimensões da legitimidade democrática e, inspirado por Easton, propõe uma composição com cinco partes: (1) comunidade política (patriotismo e disposição à luta); (2) apoio ao regime (aumento da participação em decisões importantes); (3) avaliação ao desempenho concreto; (4) instituições do regime (confiança institucional); e (5) apoio as autoridades (satisfação com a condução do país). Em sua análise exploratória, o autor evidenciou a inexistência de associação estatisticamente significativa entre o apoio aos princípios do regime democrático e os demais fatores.

Nessa mesma pesquisa, o pesquisador afirma que os brasileiros apresentam apoio aos valores fundamentais do regime, porém eles não se relacionam de forma significativa com a identificação com a comunidade, e menos ainda com avaliação do regime, instituições e autoridade. Esses resultados confirmam os trabalhos anteriores sobre a legitimidade da democracia nacional, destacando apenas uma pequena elevação no apoio específico. Com relação à avaliação do funcionamento das instituições políticas, os níveis foram baixos para os partidos e congresso, demonstrando uma importante desafeição perante essas instituições fundamentais para a estabilidade da democracia. Ainda segundo esse autor, existe a composição de um reservatório de legitimidade democrática, ou seja, de apoio difuso, mesmo com avaliações negativas com o funcionamento do regime (RIBEIRO, 2008).

Os estudos nacionais contribuem com a discussão internacional sobre a consolidação da democracia, mensurando esse apoio de forma multidimensional. Em pesquisas mais recentes, como a de Baquero (2011), tem-se um declínio ainda acentuado na confiança

depositada pelos brasileiros em relação às instituições e à classe política. A partir desse fato, podemos observar que, mesmo com os avanços socioeconômicos dos últimos anos, a falta de confiança ainda é entendida como um problema para a jovem democracia brasileira.

As pesquisas elencadas nessa seção demonstram como o apoio à democracia e sua legitimidade ainda são incertos em muitos países, principalmente nas jovens democracias. Os estudos mencionados convergem para existência de uma lacuna entre o apoio difuso da democracia e seu funcionamento concreto. Baquero e Linhares (2010) analisam a correspondência dos valores políticos e o bom funcionamento do regime político e a grande questão é saber em que medida a cultura política influencia as instituições democráticas. Os autores questionam em que medida as instituições colaboram para a disseminação de valores correspondentes para o fortalecimento dessa forma de governo.

O cenário geral construído pelas pesquisas internacionais e nacionais a respeito da legitimidade democrática ainda levanta inúmeras questões para a Ciência Política. Mesmo que a democracia como forma de governo esteja consensualmente aceita pelos sujeitos, a falta de apoio específico, ou seja, as críticas a seu funcionamento concreto, trazem pertinência a novos estudos que busque qualificar os indicadores de democratismo. Nesse sentido, nossa pesquisa pretende contribuir para a recente discussão sobre o relacionamento entre o partidatismo e à adesão normativa à democracia.

2.2. Efeitos da desafeição e desengajamento sobre a legitimidade difusa e específica.

A natureza exata da relação entre modernização socioeconômica, democratização e a criação de uma cultura democrática é hoje quase tão intrigante quanto a um século (DAHL, 1998). Autores influentes têm alegado que a confiança, tolerância e o sentimento de eficácia política representam “virtudes cívicas” que permitem que as instituições democráticas funcionem de forma eficiente (PUTNAM, 1993; INGLEHART, 1993; DALTON, 2006; NORRIS, 2002). Inglehart e Welzel (2005) destacam a improvável consolidação da democracia ou sua efetividade em uma cultura dominada por valores de sobrevivência que impedem a liberdade humana e preservem a conformidade social e o autoritarismo do Estado.

Putnam (1993), em sua pesquisa sobre o caso italiano, apresenta evidências relevantes sobre como a cultura política influencia o funcionamento concreto das instituições democráticas. O autor descreve que o norte e sul da Itália, apesar de possuírem instituições políticas semelhantes, experimentam níveis de eficiência governamental bastante distintos, com clara vantagem para o norte. Essa diferença seria derivada de uma cultura cívica fortemente ligada ao desenvolvimento urbano e comercial dessa região do país.

Sociólogos como Durkheim (1981) destacam que as sociedades urbanas de mercado diversificam a vivência humana, promovendo o intercâmbio pessoal para além de traços íntimos, o que enfatiza a importância das relações contratuais em detrimento das relações clientelísticas. Essas relações desenvolvidas são predominantemente horizontais e atravessam os laços verticais formados pelo clientelismo. Com isso, os grupos sociais são unidos e a exposição dos sujeitos à conformidade de grupos fechados é reduzida, o que promove a autoestima individual e a confiança interpessoal propícia para as bases da democracia (DAHL, 1998).

Em contraste, o sul da Itália não desenvolveu uma sociedade de classe média de mercado, mantendo hierarquias e estruturas de clãs. Essas características, segundo Putnam (1993), estariam relacionadas com a falta de recursos que restringem a autonomia humana, condicionando as pessoas a grupos fechados cuja coesão é mantida por uma restrita disciplina. O resultado dessas condições é a corrosão das virtudes cívicas e aprofundamento do “familismo amoral”, refletindo a ênfase em valores de sobrevivência e conformismo. A insegurança existencial aguça a percepção de ameaça, o que leva as pessoas à intolerância e a desconfiança interpessoal, condições nas quais os indivíduos buscam a ordem e asseguram legitimidade a figuras autoritárias.

Putnam (1995) conclui que os governos italianos estabelecidos na década de 1970 foram muito mais efetivos no norte do que no sul do país, e que essa discrepância não reflete diferenças institucionais, pois as condições adotadas em todo país foram as mesmas. A nítida diferença é reflexo de culturas distintas entre as regiões, juntamente com bases socioeconômicas fundamentalmente desiguais. Ainda segundo o autor, a existência de relações sociais de reciprocidade constitui-se como a base para uma democracia vital e um engajamento cívico efetivo, garantindo o caráter democrático da sociedade civil assim como o desempenho de suas instituições.

Posterior às análises da Itália, Putnam (2000) buscou investigar a sociedade estadunidense e encontrou evidências que corroboram a relação entre a cultura política e o funcionamento das instituições democráticas. O autor identificou que a sociedade americana apresentava uma distribuição desigual de capital social, principalmente pelas transformações sociais ocorridas após a Segunda Guerra, demonstrando profundo desinteresse dos indivíduos pelas questões relativas à vida pública a partir das décadas de 1960 e 1970.

O diagnóstico de Putnam (2000), de acordo com essa evidência, é de que o declínio do engajamento político tradicional nos últimos trinta anos afetaria principalmente a participação em eleições e campanhas eleitorais. A diminuição do engajamento também afetaria toda a

vida política dos indivíduos em relação às principais instituições sociais, como igrejas, sindicatos, associações de moradores e partidos políticos.

Em ambos os trabalhos, Putnam (1995 e 2000) busca fundamentar a sua tese de erosão do engajamento cívico do público. De acordo com seus achados, as organizações básicas da vida social são essenciais para promover a confiança interpessoal e social, favorecendo o engajamento político dos indivíduos na vida cívica. O cenário apresentado não é otimista, pois a falta de confiança interpessoal está diretamente relacionada com a desafeição com as instituições tradicionais, o que torna os indivíduos menos ativos e coloca em risco o suporte as normas democráticas. Em contrapartida, o estoque de confiança e reciprocidade social seria um sinal de boa saúde da democracia. Em suma, para o autor, o descrédito das instituições democráticas é extremamente desfavorável para o bom funcionamento da democracia.

Em oposição ao pessimismo exposto por Putnam (1995 e 2000), outros autores têm afirmado que a expansão dos recursos e habilidades no mundo contemporâneo tem remodelado as características do cidadão a favor da democracia (INGLEHART & WEZEL, 2005; NORRIS, 1999; DALTON; 2013). Segundo Dalton (2013), o aumento sensível dos níveis educacionais somado ao maior acesso às informações por meio das mídias sociais tem contribuído para a expansão da mobilização cognitiva, alterando as orientações políticas dos cidadãos, principalmente na construção de suas decisões e quanto às normas políticas.

Nos últimos anos, essa mesma literatura tem reconhecido a importância da mobilização cognitiva como mecanismo de orientação do comportamento político dentro da democracia contemporânea. A mobilização cognitiva é muitas vezes encarada como um termo impreciso. No entanto, ela apresenta dois elementos básicos. O primeiro deles é a educação, base do desenvolvimento cognitivo individual, que aumenta as chances de sucesso na vida e estimula as avaliações políticas, inserindo o indivíduo em redes sociais nas quais o interesse pelas questões políticas é maior do que no eleitorado médio. A contribuição da educação para a cidadania democrática é amplamente discutida, compreendida em nossa pesquisa da seguinte forma:

There is probably no single variable in the survey repertoire that generates as substantial correlations in such a variety of directions in political behavior material as level of formal education ...Whether one is dealing with cognitive matters such as level of factual information about politics or conceptual sophistication in its assessment; or such motivation matters as degree of attention paid to politics and emotional involvement in political affairs; or questions of actual behavior such as engagement in any of a variety of political actives from party work to vote turnout itself: education is everywhere the universal solvent, and the relationship is always in the same direction (DALTON, 2013, pág 56).

Além da educação, a motivação também é considerada como importante componente

do cidadão democrático. A educação perde seu sentido ou torna-se inútil caso o cidadão não utilize as informações políticas, não converse sobre política ou não participe do momento eleitoral, uma vez que estes são considerados elementos básicos da democracia. A mobilização cognitiva requer que o eleitor faça uso de seus recursos e habilidades para o envolvimento político. Sendo assim, o interesse por política é o segundo elemento fundante da mobilização cognitiva. Segundo Dalton (2013), ambos os eleitores, partidários e mobilizados cognitivamente são benéficos ao sistema democrático. Essas duas características estão relacionadas empiricamente⁵, pois os partidários são ligeiramente cognitivos em comparação com os não partidários, e aqueles independentes aos partidos também demonstram atitudes e comportamentos favoráveis à democracia participativa.

Os estudos de Dalton (2013) seguem nessa direção, examinando o impacto dos padrões da mobilização cognitiva sobre a democracia. Para o autor, três pontos devem ser analisados: (1) a busca por informações políticas pelo eleitorado; (2) o conhecimento político, e a capacidade dos eleitores em compreender as informações políticas; e (3) suporte aos valores e normas democráticas, tornando os indivíduos céticos e críticos às instituições políticas e buscando uma relação política horizontal. Em todas essas áreas encontra-se um grande efeito preditor da educação, o que também é o caso da mobilização cognitiva. Adicionalmente, encontra-se efeito similar da identificação partidária sobre essas áreas.

O primeiro passo para o cidadão democrático é a aquisição e compreensão das informações políticas, para que assim sejam construídas as suas próprias escolhas. Parte dessas informações é alcançada através da rede pessoal, na qual tanto informações adquiridas pela mídia quanto a atuação dos próprios partidos são igualmente relevantes. Nesse sentido, a primeira expectativa é de que a identificação partidária e a mobilização cognitiva estimulem as pessoas a seguirem a política e obter informações através da mídia. No entanto, Dalton (2013) encontra evidências de que muitos mobilizados cognitivamente buscam uma quantidade superior de informações políticas mesmo sem os laços partidários. Segundo o autor, essa é a primeira grande evidência de que é possível um envolvimento democrático significativo sem a necessidade da identificação com os partidos políticos.

Nesse sentido, Dalton (2013) descreve um importante cenário do comportamento

⁵Os quatro perfis identificados por Dalton (2013) são, sinteticamente, os que seguem: (1) independentes políticos, sendo aqueles indivíduos pouco sofisticados cognitivamente, que não apresentam vínculos partidários, não apresentando preocupações com o mundo político; (2) partidários rituais, constituído por aqueles sujeitos guiados pelo partidarismo, no entanto pouca sofisticação política, o seu comportamento é orientado pelos laços partidários; (3) os partidários cognitivos, que também apresentam laços partidários, no entanto, diferente dos partidários rituais, apresentam sofisticação cognitiva; (4) apartidários, são os indivíduos que apresentam a mobilização cognitiva, orientando sua vida política através de seus recursos e habilidades, apresentando uma forte crítica as instituições democráticas tradicionais, e adesão às normas democráticas.

político democrático contemporâneo. Inicialmente, temos que a educação está fortemente relacionada com os valores políticos democráticos, e que a mobilização cognitiva demonstra uma forte capacidade preditiva para a adesão a democracia, principalmente sobre a eficácia política subjetiva e tolerância. O partidarismo, em contraste, tem demonstrado uma predição ambígua: os eleitores partidários apresentam eficácia política subjetiva moderada e uma forte participação eleitoral; no entanto, os resultados são incertos sobre seu conhecimento político e a sua tolerância política, elementos fundamentais da cultura política democrática e altamente relacionadas com os níveis educacionais.

Levando em conta que os partidos políticos são fundamentais para a democracia representativa contemporânea, esta dissertação busca testar em que medida o partidarismo está relacionado com a adesão normativa da democracia no Brasil. Nossa discussão opõe, portanto, dois grupos de autores: (1) os que afirmam que o desalinhamento dos cidadãos em relação aos partidos políticos está associado a valores fortemente democráticos e o desejo por uma participação política mais horizontal; e (2) aqueles que acreditam que a desafeição com os partidos e quanto às instituições tradicionais da democracia é prejudicial, pois a não participação política e a desconfiança são responsáveis pela queda do voluntarismo cívico e causam erosão das bases democráticas. No próximo capítulo, expomos a metodologia utilizada a fim de alcançar os objetivos colocados inicialmente.

3. Democratismo e Partidarismo no Brasil

3.1 Dados e metodologia

A relação entre os cidadãos e os partidos políticos tem sido analisada de diversas formas pela literatura especializada. Nessa dissertação, buscamos qualificar em que medida o partidarismo está associado à adesão democrática. Para isso, focalizamos as dimensões desse processo. Nossa hipótese principal é que os eleitores apartidários não apresentam uma baixa adesão à democracia, pois esse eleitorado acredita na democracia como melhor forma de governo, e apresentam também uma postura crítica quanto ao funcionamento concreto de suas instituições, como os partidos políticos. Dessa forma, o baixo apoio específico não afetaria o apoio difuso no Brasil.

Nesta perspectiva, buscamos inicialmente verificar, no contexto brasileiro, por meio de uma análise longitudinal, se está ocorrendo uma maior adesão dos indivíduos à democracia. Procuramos investigar também como esse eleitorado está se posicionando em relação aos partidos políticos. Posteriormente, realizamos testes estatísticos adequados para examinar a hipótese central de pesquisa e confirmar (ou não) se existe a relação entre partidarismo e adesão à democracia.

Para atingir esses objetivos, apresentaremos a escolha das bases de dados e também cada ponto das análises. Inicialmente, buscamos qualificar longitudinalmente a adesão dos brasileiros à democracia. Para isso, utilizamos as ondas de 2006/2007, 2008 2010, 2012 e 2014⁶ do LAPOP. Assim, a análise ficou dividida em duas etapas: (1) o democratismo e os partidos políticos, com uma análise de forma longitudinal das variáveis de cada ponto; e (2) uma investigação sobre quais efeitos do partidarismo sobre a adesão do cidadão as dimensões democráticas.

3.2 Democratismo no Brasil

Considerando a adesão à democracia como um fenômeno multidimensional, alguns estudos propõem formas alternativas de qualificar essa disposição subjetiva. Baseados nos estudos de Casalecchi, David e Quaresma (2013), investigamos as seguintes dimensões da democracia: a) adesão aos procedimentos de escolha; b) adesão normativa ao voto; e c)

⁶Infelizmente, apenas três variáveis que compõem o modelo de pesquisa estão presentes no ano de 2014, dessa forma, apenas duas dimensões são testadas.

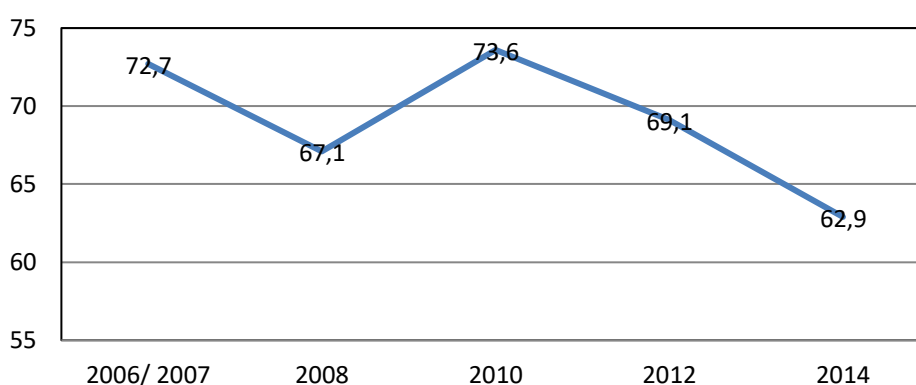
adesão a participação de todos e adesão ao regime democrático partidário.

Um primeiro passo antes de analisar essas dimensões é verificar a opinião dos entrevistados quanto à democracia como forma de governo. Para mensurar essa questão, utilizamos a questão tradicional de adesão à democracia denominada “hipótese de Churchill” (ROSE, 2002; CASALECCHI, DAVID, QUARESMA, 2013). A construção dessa variável é baseada na seguinte pergunta: “*A democracia tem seus problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda dessa frase?*”. São considerados democratas aqueles que aceitam a democracia como melhor opção de governo, mesmo reconhecendo suas falhas.

O Gráfico 1 demonstra o percentual de entrevistados que consideram a democracia como melhor forma de governo. Inicialmente, podemos observar que, entre os anos de 2006 e 2008, o percentual de respondentes teve uma queda de 5,6%, retomando aos 73,6% no ano de 2010. Cabe destacar os valores encontrados no ano de 2014, uma queda sensível de 9,8%, o menor percentual encontrado em todo o período analisado.

Na América Latina, por exemplo, os valores são superiores para o ano de 2014, apresentado o Equador com 71,4%, Chile 72,1%, Argentina 80,2%, e Bolívia 81,2%. Já em uma democracia considerada como avançada, como o Canadá, esse percentual chega a 75,4%. Ou seja, atualmente, comparado com os resultados no Brasil, os brasileiros apresentam uma menor preferência à democracia a qualquer outra forma de governo.

Gráfico 1 - Percentual de respondentes de que preferem a democracia à qualquer outra forma de governo



Fonte: Latin American Public Opinion Project, 2006-2014.

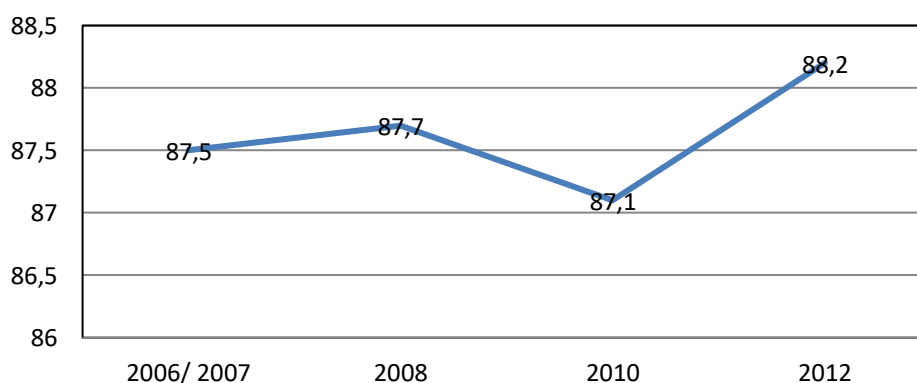
Nosso próximo passo foi qualificar em que medida esse percentual de eleitores adere à democracia, confrontando com as quatro dimensões explicitadas anteriormente. A primeira dimensão é denominada “*adesão aos procedimentos de escolha*”, pela qual é verificado em que medida o indivíduo aceita outros meios que não as eleições livres e competitivas, considerada como uma dimensão elementar para a democracia. Essa dimensão é composta por

três perguntas: 1) *Diante de desemprego muito alto, seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?* (GRAFÍCO 2) ; 2) *Quando há muito crime, seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?* (GRÁFICO 3); e 3) *Diante de muita corrupção, seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?* (GRÁFICO 4).

O Gráfico 2 apresenta que o percentual de respondentes que não considera justificável o golpe militar é elevado. Expressando uma forte estabilidade da medida no decorrer do período analisado, ou seja, os democratas brasileiros demonstram rejeição ao golpe militar em caso de crise econômica. O Gráfico 3 faz parte da mesma dimensão e demonstra a opinião dos democratas brasileiros em situação de alta criminalidade. Nota-se um declínio no ano de 2008, voltando a crescer em 2010, e posteriormente declinando a partir de 2012, tendo uma queda expressiva de 10,6% no ano de 2014. Ainda na mesma dimensão, temos o Gráfico 4, que demonstra o percentual de respostas que não considera justificável o golpe militar no caso de muita corrupção. Este gráfico apresenta uma tendência semelhante à do gráfico anterior, tendo uma queda no ano de 2008, subindo em 2010, e posteriormente uma bastante aguda de 15,3% no ano de 2014.

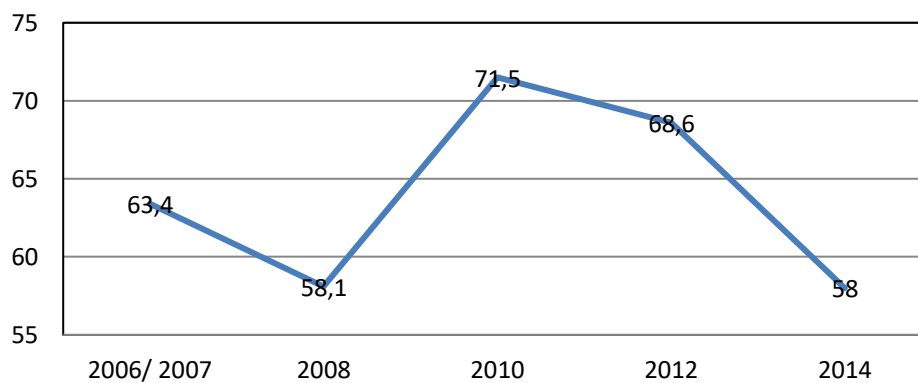
De modo geral, observamos que qualificar a democracia de forma multidimensional demonstra alguns pontos de ambivalência entre os eleitores, como, por exemplo, uma queda expressiva de apoio no caso de muita criminalidade e muita corrupção entre os anos de 2012 e 2014. Essas reduções consecutivas do apoio após 2010, são marcadas por um período de instabilidade e descontentamento da população em relação aos políticos. Sendo assim, continuaremos a analisar as demais dimensões do democratismo para qualificar o quão democrático são os cidadãos brasileiros.

Gráfico 2 - Percentual de respondentes que não consideram justificável um golpe militar em caso de desemprego muito alto



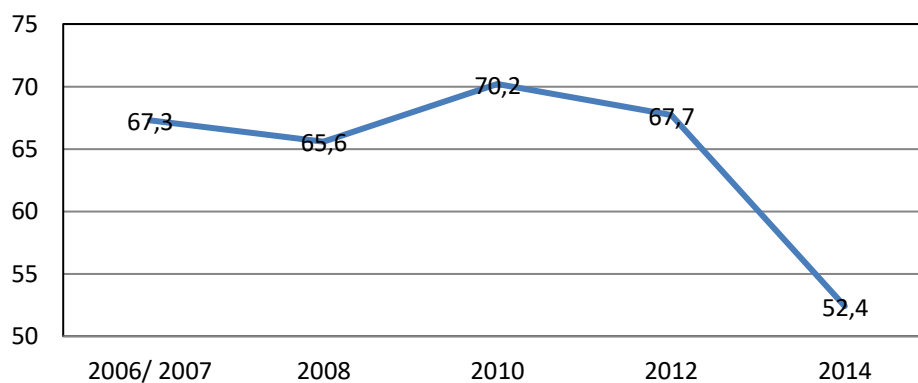
Fonte: Latin American Public Opinion Project, 2006-2012.

Gráfico 3 - Percentual de respondentes que não consideram justificável um golpe militar quando há muitos crimes



Fonte: Latin American Public Opinion Project, 2006-2014.

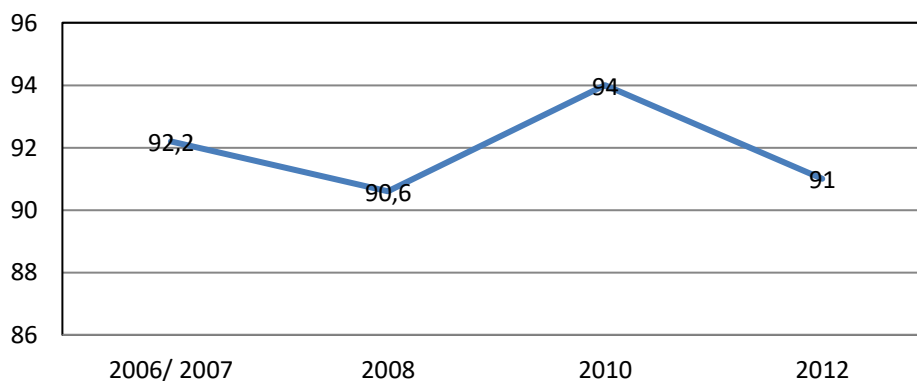
Gráfico 4 - Percentual de respondentes que não considera justificável um golpe militar diante de muita corrupção



Fonte: Latin American Public Opinion Project, 2006-2014.

A segunda dimensão testada está relacionada com a importância atribuída ao voto, principalmente quanto ao comparecimento eleitoral. Denominada como “adesão normativa ao voto”, essa variável é composta pela pergunta: “Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular é sempre o melhor. O que o(a) sr(a). pensa?”. Consideramos democráticos aqueles que compreendem a democracia eleitoral como melhor opção, atribuindo valor normativo ao voto. O Gráfico 5 apresenta a análise da dimensão citada e podemos observar uma pequena volatilidade entre os percentuais. Mesmo assim, os resultados apresentam uma condição extremamente otimista para essa dimensão, já que um alto percentual de democratas aceita a democracia eleitoral como melhor opção.

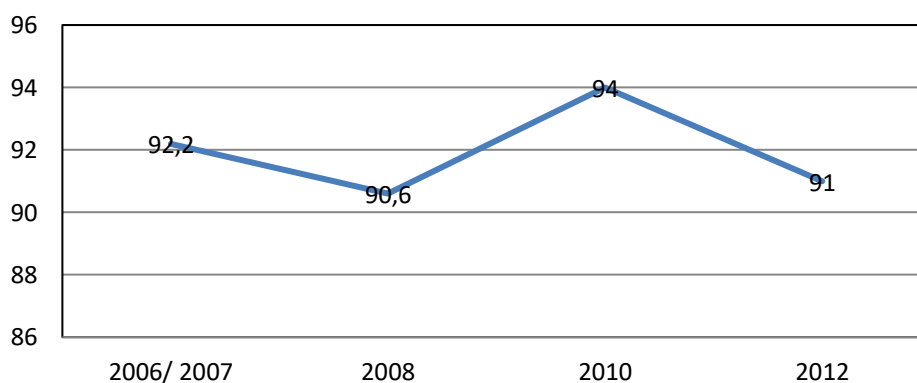
Gráfico 5 - Percentual de respondentes que acham que a democracia eleitoral é melhor do que um líder forte que não seja eleito através do voto



Fonte: Latin American Public Opinion Project, 2006-2012.

A próxima dimensão não fica restrita apenas ao voto, considerando uma maior participação do cidadão na esfera política. A fim de mensurar o valor atribuído pelo eleitorado à participação coletiva, essa dimensão é chamada de “adesão à participação de todos”. A variável que mensura essa atitude é: “O(A)sr(a). acredita que, em nosso país, faz falta um governo de ‘pulso firme’, ou que os problemas podem se resolver com a participação de todos?”. O Gráfico 6 demonstra uma forte queda de 25,9% já entre 2007 e 2008, voltando a subir em 2010, e posteriormente declinando em 2012, apresentando uma forte variação nessa dimensão nos 4 anos de pesquisa do caso brasileiro.

Gráfico 6 - Percentual de respondentes que acham que a participação de todos é mais importante do que um governo de "pulso firme" para o país



Fonte: Latin American Public Opinion Project, 2006-2012.

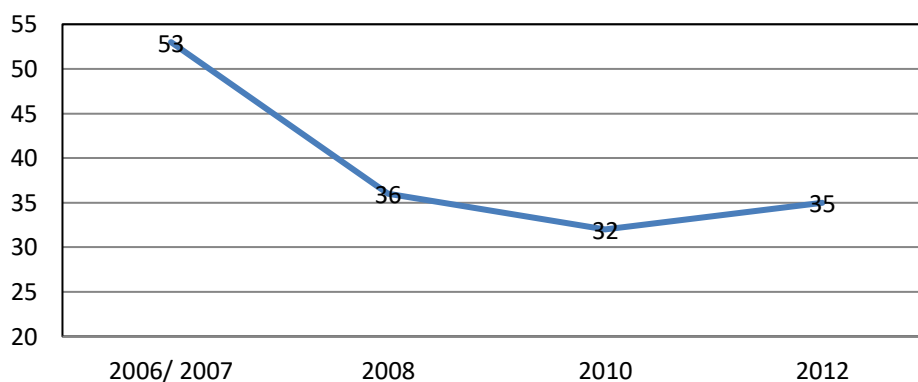
Para finalizar essa análise descritiva, temos como última adesão a representação política para o processo democrático, sendo extremamente essencial para construção do cenário de nossa pesquisa. Considerando os partidos políticos essenciais para a democracia contemporânea, buscamos qualificar como o eleitorado reconhece essa importância, chamando essa dimensão de “adesão ao regime democrático partidário”. Essa dimensão é

mensurada com a seguinte questão: “*Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda dessa frase?*”. Constituindo-se como uma variável escalar de 1 a 7, na qual 1 discorda muito e 7 concorda muito, recodificamos seus valores de maneira aqueles que responderam de 1 a 4 não aderentes a essa dimensão, e aqueles que responderam de 5 a 7 como aderentes, tornando a variável binária assim como as outras.

O Gráfico 7 expressa a opinião dos eleitores sobre a dimensão partidária em nossas análises. Inicialmente, percebemos que essa a dimensão apresenta um percentual bastante baixo para o ano de 2006/2007, o menor percentual encontrado dentro de uma dimensão em nossa pesquisa. No entanto, nos anos seguintes esse percentual volta a subir, chegando a 68,9% em 2010, e voltando a diminuir em 2012. Esses dados demonstram como o eleitorado brasileiro é sensível aos quadros de insatisfação com os partidos políticos, justificando estudos que busquem relacionar essa desafeição aos partidos políticos e as outras dimensões democráticas.

Devido a sua relevância, comparamos os resultados dessa dimensão em nossa pesquisa com outros países. De modo geral, percebemos que o Brasil acompanha os valores expressos por outros países da América Latina para o ano de 2012, como, por exemplo, Equador (69,4%), Bolívia (65,6%), Argentina (69,7%). Porém, percebemos uma diferença significativa quanto aos Estados Unidos, considerado uma das democracias consolidadas, apresentando um percentual de 51,6% para o ano de 2012.

Gráfico 7 - Percentual de respondentes que discordam sobre uma democracia sem partidos



Fonte: Latin American Public Opinion Project, 2006-2012.

Como uma análise geral de todos os gráficos, destacamos algumas observações. Inicialmente, temos que o número de democratas distribui-se de diferentes formas em todas as dimensões. A adesão normativa ao voto é a dimensão que apresenta o maior número de democratas, refletindo assim, forte apoio a democracia eleitoral. No que refere-se ao

procedimento de escolha, é necessário destacar as nítidas quedas no ano de 2014, principalmente nos casos de criminalidade e corrupção, o que sugere uma diferença na aceitação de um golpe militar em casos de crises sociais e políticas.

A dimensão com menor número de adesão é a democracia partidária. Isto se justifica pois, em 2006/2007, cerca de 53% dos brasileiros acreditavam em uma democracia sem a instituição partidária. Mesmo que o percentual tenha diminuído no decorrer dos anos, seus valores ainda apresentam uma forte expressão, visto a essencialidade dos partidos políticos na democracia contemporânea. Este resultado também sugere uma forte desconfiança do eleitorado quanto essa instituição, atrelada a uma atitude de não concordância com a democracia partidária.

De acordo com a distribuição das variáveis, podemos observar uma postura favorável dos brasileiros à democracia. Os eleitores apresentam atitudes e comportamentos condizentes com os valores democráticos, confirmando uma aceitação as várias dimensões analisadas. Além disso, quando comparados os dados, os brasileiros apresentam valores semelhantes aos países vizinhos, principalmente quando falamos sobre os partidos políticos. De forma geral, podemos afirmar que os brasileiros têm demonstrado valores associados à democracia nos últimos anos.

Em seguida, demonstramos na próxima seção nossas observações quanto ao partidarismo no Brasil com objetivo de mensurar a identificação do eleitorado quanto aos partidos políticos. Posteriormente, apresentamos os resultados dos testes a fim de verificar nossa hipótese central: a possível relação entre uma cultura política mais democrática e o partidarismo brasileiro.

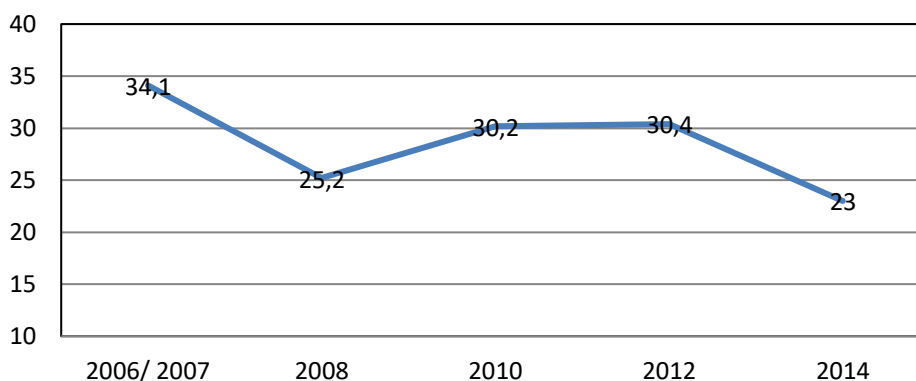
3.3 Partidarismo no Brasil

Sobre a identificação partidária no Brasil, os dados acompanham a literatura internacional a respeito da volatilidade e declínio da medida (Gráfico 8). Focando no período pretendido em nossas análises, percebemos uma queda expressiva de 8,9% entre 2006 e 2008, recuperando 5,0% no ano de 2010, mantendo-se constante para o ano de 2012. Posteriormente, a identificação partidária atinge seu menor percentual em nossa série histórica, chegando aos 23,0% no ano de 2014.

Para o ano de 2006, alguns autores sugerem que escândalos de corrupção têm sido responsáveis pela queda (VEIGA, 2011; RIBEIRO, CARREIRÃO & BORBA, 2011). Já para a redução entre 2012 e 2014, temos uma importante onda de protestos ocorridos a partir do segundo semestre de 2013. Tendo a participação política de diferentes atores, essas

manifestações tinham fortes críticas à elite política, corrupção, à falta de transparência pública e de serviços públicos de qualidade para a grande parcela da população. Os protestos de 2013 ficaram marcados pelo seu caráter apartidário, reforçando a forte crítica a essa instituição democrática, levantando diversos questionamentos sobre o futuro da democracia nacional.

Gráfico 8 - Porcentagem de eleitores que afirmam possuir identificação partidária (2006 - 2014)



Fonte: Latin American Public Opinion Project, 2006-2014.

Muitos estudos internacionais demonstram que o perfil dos cidadãos que se identificam com um partido político é bem diferente do padrão médio do restante da população. Dessa forma, se faz necessário apresentar uma análise descritiva das variáveis demográficas para conhecer melhor esses indivíduos partidários no Brasil (SCARROW, 2000).

A tabela 1 apresenta a distribuição dos eleitores partidários e não partidários por gênero. Em linhas gerais, podemos notar que os homens afirmam simpatizar com os partidos em maior porcentagem do que as mulheres. Ademais, os dados demonstram que, no ano de 2014, quando a identificação partidária chega a seu menor percentual, as mulheres deixam de simpatizar com os partidos de forma mais acentuada, com apenas 17,3% das respondentes apresentando simpatia por algum partido político.

Mesmo que o Brasil apresente um cenário no qual as mulheres apresentam uma menor identificação partidária, muitas pesquisas internacionais mostram que existe um aumento significativo da participação e identificação das mulheres em diversos segmentos políticos. Dessa forma, muitos partidos buscam cativar esse público. No entanto, mesmo com o crescente número da participação feminina, os homens continuam sendo a maioria em número a integrar os partidos políticos (WITHELEY, 2011). Segundo o autor, as mulheres são mais propensas a simpatizarem politicamente com formas políticas não tradicionais ligadas a atividades de contestação, afastando-se de instituições políticas hierárquicas majoritariamente masculinas.

Tabela 1 - Simpatia partidária e gênero

	2006		2008		2010		2012		2014	
	Não simpatiz a%	Simpati za%	Não simpatiz a%	Simpati za%	Não simpatiz a%	Simpati za%	Não simpatiz a%	Simpati za%	Não simpatiz a%	Simpati za%
Homem	60,7	39,3	71,4	28,6	65,9	34,1	68,8	31,2	71,4	28,6
Mulher	70,9	29,1	77,8	22,2	73,5	26,5	70,3	29,7	82,7	17,3
Total	65,9	34,1	74,8	25,2	69,8	30,2	69,6	30,4	77,0	23,0

Fonte: Banco de dados LAPOP (2006 - 2014)

As tabelas 2⁷ e 3 mostram a distribuição da simpatia partidária dividida em faixas etárias. É possível observar uma distribuição bem homogênea daqueles que simpatizam com algum partido nos anos analisados, apresentando uma maior distribuição entre os indivíduos de idade média. Cabe destacar que a forte queda entre os anos de 2012 e 2014 foi nítida entre os mais jovens e os mais velhos, enquanto aqueles com idade média continuam a apresentar certa homogeneidade na medida.

No que diz respeito à idade, as pesquisas internacionais demonstram que a idade média dos eleitores partidários é maior que a média etária da população. Segundo O'Neill (2001), os jovens estão mais dispostos a se envolverem politicamente, principalmente nas formas não tradicionais e mais rápidas de participação que os partidos. O autor ainda afirma que a preferência dos jovens por uma participação política mais direta e igualitária dificulta o fortalecimento do laço entre eles e os partidos políticos. Esse fato, somado ao acompanhamento da identificação partidária com o envelhecimento populacional, colabora para diminuição da simpatia partidária entre os mais jovens.

Ainda sobre essa variável, outras pesquisas apontam que a socialização é um importante condicionante sobre a simpatia partidária. Em seus estudos, Hooghe, Stolle e Stouthuysen (2004) demonstram que a expressão de simpatia dos jovens por determinado partido tem relação com as experiências vividas por esses indivíduos nas instituições familiar e escolar, convergindo para evidências de que jovens que são influenciados a simpatizar com os partidos políticos por membros da família que são também simpatizantes. Sendo assim, os autores consideram que a identificação partidária pode, muitas vezes, ser passada de geração para geração.

7 Esta tabela apresenta uma codificação de idade em faixas etárias diferente do restante dos anos, sendo alterada a partir de 2008 como uma questão aberta, assim recodificada em nossas tabelas em três faixas etárias.

Tabela 2 - Simpatia partidária e idade

	2008		2010		2012		2014	
	Não simpatiza%	Simpatiza%	Não simpatiza%	Simpatiza%	Não simpatiza%	Simpatiza%	Não simpatiza%	Simpatiza%
18 - 29	77,5	22,5	72,2	27,8	71,0	29,0	82,3	17,7
30- 49	73,3	26,7	68,8	31,2	71,6	28,4	74,3	25,7
50 - ou mais	74,0	26,0	68,1	31,9	63,0	37,0	74,6	25,4
Total	74,8	25,2	69,8	30,2	69,6	30,4	76,7	23,3

Fonte: Banco de dados LAPOP (2008 - 2014)

Tabela 3 - Simpatia partidária e idade

	2006	
	Não simpatiza%	Simpatiza%
16 a 17	79,6	20,4
18 a 30	67,3	32,7
31 a 40	64,7	35,3
41 a 50	62,7	37,3
51 a 60	62,2	37,8
Acima de 60	67,8	32,2
Total	65,9	34,1

Fonte: Banco de dados LAPOP (2006)

A tabela 4 demonstra a distribuição da escolaridade do eleitorado nacional, segundo a divisão de indivíduos simpáticos ou não simpáticos aos partidos. Os dados apresentados nas tabelas demonstram claramente a perda de simpatizantes mais escolarizados, principalmente aqueles concentrados nas duas últimas faixas de escolarização, sendo ainda mais nítida entre os anos de 2012 e 2014, representando uma baixa de 18,2%. Destacamos que a escolaridade tem uma importante relação com a simpatia partidária, e que o aumento da escolaridade do eleitorado é apontado como uma dos fatores para o desalinhamento entre os cidadãos e os partidos (DALTON, 2013).

Sobre o caso brasileiro, a literatura afirma que esse fenômeno está ligado a alteração da base do eleitorado petista, compreendido como o processo de popularização do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Singer (2010), esse movimento iniciou-se antes das eleições de 2002 e foi agravado nos anos seguintes com a perda dos simpatizantes com maior renda e

escolaridade, juntamente com o aumento de simpatizantes populares favorecidos com as políticas sociais implementadas pelo partido em sua chegada a presidência.

Tabela 4 - Simpatia partidária e escolaridade

	2006		2008		2010		2012		2014	
	Não simpatiz a%	Simpati za%	Não simpatiz a%	Simpati za%	Não simpatiz a%	Simpati za%	Não simpatiz a%	Simpati za%	Não simpatiz a%	Simpati za%
A	68,8	31,2	76,5	23,5	72,1	27,9	69,9	30,1	73,4	26,6
B	64,0	36,0	72,3	27,7	67,8	32,2	70,7	29,3	81,3	18,7
C	54,4	45,6	80,8	19,2	72,4	27,6	59,6	40,4	77,8	22,2
D	57,4	42,6	69,8	30,2	64,2	35,6	71,3	28,7	79,4	20,6
Total	65,9	34,1	74,8	25,2	69,8	30,2	69,6	30,4	77,0	23,0

Fonte: Banco de dados LAPOP (2006 - 2014)

Legenda:

- A- Até Ensino Fundamental Completo
- B- Até Ensino Médio Completo
- C- Ensino pós- Médio ou Superior incompleto
- D- Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação

Considerando todas as tabelas de maneira geral, destacamos algumas características. Primeiramente, o número de eleitores que afirmam possuir identificação partidária com algum partido diminuiu notavelmente durante os anos analisados. Essa queda não se apresenta apenas de forma geral, mas também quando fazemos uma análise descritiva no que tange os fatores idade, escolaridade, e gênero.

Em relação ao primeiro fator, o cruzamento entre identificação partidária e idade demonstrou que aqueles que deixam de expressar alguma identificação partidária são os mais jovens. O percentual de identificação partidária nessa faixa etária diminuiu de 22,5% em 2008, para 17,7% em 2014. Enquanto isso, os leitores da terceira faixa etária (50 – ou mais) apresentam uma estabilidade e até mesmo um crescimento de 11% entre os anos de 2008 e 2012.

A análise descritiva sobre o fator escolaridade mostrou que os menos escolarizados apresentam maior estabilidade quanto à identificação partidária. Concomitantemente, aqueles eleitores com maior escolaridade demonstram maior volatilidade na identificação partidária, principalmente no que se refere aos eleitores com ensino pós-médio ou superior incompleto.

Já a análise descritiva do terceiro fator indica que não existe uma grande discrepância

entre ambos os gêneros no que tange a diminuição da porcentagem relativa à identificação partidária. Embora haja uma semelhança na redução da afetividade por algum partido por ambos os homens e as mulheres, os primeiros ainda apresentam uma maior identificação partidária.

A partir dessas análises descritivas, percebemos que o eleitorado brasileiro acompanha o movimento internacional de diminuição na identificação partidária. Esses dados colaboram com pesquisas anteriores nas quais muitos autores apresentam o passado do sistema partidário brasileiro como marcado por instabilidade, grande variação na organização dos próprios partidos e também com marcas de sua experiência durante o regime autoritário (CARREIRÃO; KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2007; KINZO, 2007; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011). Ainda que atualmente o partidarismo esteja enfraquecido, os resultados demonstram relevância para os estudos que buscam o relacionamento entre a identificação partidária e dos valores políticos dos brasileiros (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015).

Quanto a nossa dissertação, os dados apresentados são importantes, pois ajudam a compreender qual o perfil dos eleitores simpáticos aos partidos políticos nos últimos anos. Em seguida, na próxima seção apresentamos os testes referentes à nossa hipótese central.

3.4. Relações entre Partidarismo e Democratismo

Nesta seção, apresentamos os resultados que procuram avaliar os efeitos da identificação partidária sobre a adesão à democracia. Ao investigar essa relação entre partidarismo e democratismo, adotamos a metodologia utilizada em boa parte dos novos estudos que levam em conta a multidimensionalidade do fenômeno. Em outras palavras, buscamos testar a existência ou não dos efeitos da desafeição partidária sobre a postura democrática do eleitorado.

Nesse sentido, selecionamos cinco princípios considerados como centrais para a democracia a qual os eleitores expressariam seu apoio. A ideia inicial era trabalhar com as dimensões democráticas na forma de um índice de democratismo. No entanto, esse índice geral não demonstrou muita eficiência nos testes. Sendo assim, trabalhamos com cada uma das dimensões em separado como medidas dependentes: (1) eleições livres e competitivas; (2) liberdade de manifestação pacífica; (3) independência dos poderes; (4) estado de direito; e (5) tolerância política (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2014).

A primeira dimensão, denominada como eleições livres e competitivas, é considerada como fundamental para a atual democracia. Segundo Schumpeter (1975), as eleições

competitivas são requisito mínimo para democracia, oferecendo ao eleitorado a oportunidade de decidir sobre representantes através de uma luta competitiva pelos votos. Para essa dimensão utilizamos a questão “(AUT1) Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular é sempre o melhor.” A variável era codificada em: (0) necessitamos de um líder forte que não seja eleito através do voto ou (1) a democracia eleitoral é a melhor.

A participação política também é reconhecida como essencial na democracia contemporânea. Seu conceito entendido de forma mais restrita, ligada ao momento eleitoral, ou de modo amplo é considerado parte do repertório de ação política pelo qual os cidadãos buscam influenciar os governantes (HUNTINGTON; NELSON, 1976; MILBRATH, 1977). Essa variável é representada no banco de dados pela pergunta “(E5) a participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. Até que ponto aprova ou desaprova?”. As respostas foram compreendidas em uma escala de 1 (desaprova muito) a 10 (aprova muito) em nossas análises e foram recodificadas em variáveis binárias: baixo apoio à participação (de 1 a 7) e alto apoio à participação (8 a 10).

A terceira dimensão diz respeito à independência dos poderes, considerada como mecanismo de “freios e contrapesos”. A separação dos poderes é entendida como mecanismo de aperfeiçoamento democrático, na qual o poder legislativo, executivo, e judiciário são controlados mutuamente. Segundo Metteheim (2000), a separação dos poderes colabora para formação de sistemas democráticos menos centralizados, contribuindo para o pluralismo presente nas atuais democracias. Essa variável foi mensurada através da seguinte questão: “(JC15) O(a) Sr./Sra acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o presidente da república feche o Congresso e governe sem o Congresso?”. As respostas eram binárias e foram recodificadas do seguinte modo: (0) sim, justifica-se e (1) não, não se justifica.

O quarto princípio democrático essencial contemporâneo levado em conta é o Estado de Direito. Essa dimensão é relevante à medida que as instituições pareçam ser congruentes com o Estado de Direito. No entanto, o ordenamento jurídico brasileiro sofre de uma incongruência entre as leis e as ações dos agentes públicos. Segundo O'Donnell (2004), muitos países da América Latina não foram capazes de consolidar sistemas de Estado de Direito depois da redemocratização. Ele argumenta que as desigualdades sociais são um dos maiores fatores que dificultam a implementação parcial do Estado de Direito. No banco de dados que adotamos, utilizamos a seguinte variável: “(AOJ8) para poder prender criminosos, o(a) Sr./Sra. acredita que as autoridades devem respeitar as leis ou que, em certas ocasiões, as

autoridades podem agir sem respeitar a lei?”. As respostas foram recodificadas em: (0) em certas ocasiões podem agir sem respeitar a lei ou (1) devem sempre respeitar a lei.

A quinta e última dimensão diz respeito a um aspecto fundamental dentro da democracia, a tolerância política. Um dos fatores que colaboram para o desenvolvimento da democracia é quando os custos da repressão são maiores do que os custos da tolerância. Segundo Dahl (1956), a polarização e a falta de tolerância entre opiniões políticas contrárias é um impasse prejudicial dentro das democracias contemporâneas. Essa dimensão é mensurada através da variável: “(D1) existem pessoas que sempre falam mal da forma de governo, não somente do governo atual, mas sim da forma de governo. O quanto o(a) Sr./Sra. aprova ou desaprova o direito de votar dessas pessoas?”. As respostas são compreendidas entre 1 (desaprova muito) a 10 (aprova muito). Porém, foram recodificadas para satisfazer a condição binária: baixa tolerância (1 a 7) e alta tolerância (8 a 10).

Reconhecemos que essas variáveis não são a única forma de avaliar as normas e princípios democráticos. No entanto, acreditamos que o modelo adotado satisfaz aspectos fundamentais na literatura especializada, partido de características pertencentes aos direitos políticos até atributos que qualificam a democracia (FUKE, CASALECCHI, RIBEIRO, 2014).

Uma vez definido nosso modelo, é necessário deixar claro que nossa pesquisa analisou dois períodos. O primeiro deles é referente ao LAPOP 2012. Essa escolha se deu pelo fato de disponibilizar variáveis que contemplem as cinco dimensões pretendidas, sendo assim nossa opção mais atual e completa. Posteriormente, buscamos investigar os dados do LAPOP 2014, pois, no ano anterior, o Brasil passou por uma conjuntura política bastante específica quanto às atitudes e comportamento a respeito dos partidos políticos. Porém, a nossa última investigação carece das mesmas variáveis. Assim, o modelo apresenta apenas três dimensões.

Além das dimensões democráticas, inserimos outras variáveis⁸ como sexo, idade, escolaridade, que atuam como variáveis de controle dos efeitos. Outras variáveis, como interesse por política, eficácia política subjetiva, e confiança interpessoal também são inseridas no modelo, pois constituem o componente motivacional (DALTON, 2013).

Cabe destacar que o partidarismo é inserido em nossas análises como variável independente, pois nos propusemos a analisar como se dá o relacionamento entre o eleitorado e a democracia e como esta relação é afetada pelo partidarismo. Seguindo a literatura, nossa aposta inicial é de que o partidarismo exerça influência sobre as medidas de adesão ao regime, principalmente quando levamos em conta que este é um fenômeno multidimensional.

Com relação às faixas etárias, consideramos as categorizações mais recorrentes na

8 Informações técnicas sobre as variáveis encontram-se nos apêndices metodológicos.

literatura sobre efeitos geracionais (KINDER, 2006; FINLAY; WRAY-LAKEW; FLANAGAN, 2010; OKADO, 2013). Fragmentamos o eleitorado brasileiro em quatro faixas etárias, tomando a primeira (16-24 anos) como categoria de referência quando a variável idade apresenta significância.

Considerando o exposto, a Tabela 16 demonstra os resultados obtidos em um teste de regressão logística. O teste apresenta como as variáveis influenciam o indivíduo a ser ou não democrático em cada uma das cinco dimensões selecionadas.

Tabela 5 - Regressão logística para dimensões da democracia (2012)

	1ª dimensão	2ª dimensão	3ª dimensão	4ª dimensão	5ª dimensão
	Exp (B)	Exp (B)	Exp (B)	Exp (B)	Exp (B)
Sexo	1,097	,964	1,217	1,154	1,020
Idade ^a		,979		1,092	
Faixa etária(25 a 34 anos)	1,421	-	1,075	-	,690*
Faixa etária(35 a 59 anos)	1,595*	-	1,063	-	,749
Faixa etária (60 anos ou mais)	1,656	-	,406*	-	,653
Educação	1,232*	1,242*	1,052	1,058	1,045
Renda	1,005	,994	,997	,972	1,017
Identificação partidária	1,332	1,132	,742	,888	1,122
Interesse por política	1,116	1,762**	1,852*	1,115	1,344*
Eficácia política	1,079	1,066	,914	,915	1,391*
Confiança interpessoal	,902	,880	,943	1,294*	1,181
Constant	2,164*	,709	5,097*	1,844*	,476
% de acertos	83,8	58,6	85,2	70,6%	61,1%*

Onde: **<sig = ,000

*<sig ,050

^a Categoria de referencia: Faixa etária (16 a 24 anos).

Fonte: LAPOP 2012.

A primeira dimensão democrática analisada é compreendida como fundamental na democracia contemporânea. Quanto a essa dimensão – eleições livres e competitivas –, as variáveis idade e escolaridade demonstraram significância. Em relação aos resultados que indicam a relevância da idade dos indivíduos nesta dimensão, verificamos que os cidadãos de 34 a 59 anos têm um aumento de 59,5% de chance nesta dimensão quando comparado com a categoria de referência dos mais jovens.

A educação foi também uma variável importante nesta dimensão. O relacionamento entre educação e o cidadão democrático é central, dando suporte à compreensão política e suporte aos valores democráticos (DALTON; WELZEL, 2014). A Tabela 16 ainda demonstra

que cada elevação no nível de escolaridade⁹ representa 23,2% a chance do eleitor em acreditar que a democracia eleitoral é a melhor opção em comparação com a necessidade de um líder forte que não seja eleito através do voto.

A segunda dimensão diz respeito à importância dada pelo eleitorado à participação política. Os resultados permitem afirmar um efeito significativo do interesse por política e da educação. Com isso, a elevação de um nível do interesse por política aumenta em 76,2% a chance de o indivíduo aprovar a participação de pessoas em manifestação permitidas em lei. A escolaridade também apresenta um efeito importante sobre essa dimensão, na qual o aumento de cada nível de escolaridade do eleitor eleva em 24,2% a chance de o indivíduo apresentar a mesma aprovação.

As evidências são ainda mais relevantes quando levamos em conta o papel da educação somada ao interesse por política. A soma de ambas as variáveis aumenta em 100,4% a chance dos indivíduos expressarem um alto apoio a manifestações políticas permitidas por lei. Segundo Dalton (2013), através dessa junção, os cidadãos percebem o efeito da política, o que gera o aumento do interesse em participar de diversas atividades políticas, variando de voto a participação em protestos.

Em seguida, temos que uma importante face da democracia moderna representativa é a independência dos poderes. Isso se dá principalmente nos países da América Latina, onde existem acusações de abusos entre os poderes (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2014; SMITH & ZIEGLER, 2008). Os resultados da terceira dimensão demonstram a relevância significativa das variáveis idade e interesse por política. Essa última novamente apresenta um aumento de 85,2% de chance do eleitorado não achar justificável o abuso do presidente da república sobre o congresso.

Quando dividimos a variável idade em categorias, os resultados demonstraram um efeito mais específico. Aqueles cidadãos pertencentes à faixa etária mais velha, ou seja, acima dos 60 anos, demonstram 59,4% mais chances de apresentar uma postura conservadora e não democrática, considerando justificável que o presidente da república feche o Congresso caso o país enfrente dificuldades.

O princípio do Estado de Direito é considerado nuclear dentro do modelo adotado em nossas análises. Essa dimensão apresenta a segurança de que as decisões coletivas não sejam violadas por vontades individuais, prevalecendo as leis instituídas (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2014; O'DONNELL, 2004). Sobre essa dimensão, os dados demonstram a relevância da confiança interpessoal, aumentando a chance de 29,4% sobre a crença de que as autoridades devem sempre respeitar as leis. O efeito da confiança interpessoal é amplamente

⁹ As recodificações sobre a variável escolaridade estão presentes no apêndice metodológico A.

discutido como fundamental para estabilidade do regime democrático (PUTNAM, 1993).

A última dimensão analisada é a tolerância política dentro de um sistema de valores democráticos. Sua relevância é justificada pelo fato da pluralidade presente dentro de um regime democrático e o respeito à diversidade. Novamente, o interesse por política apresentou significância. Para essa variável, o aumento em cada um dos níveis eleva em 34,4% a chance de o cidadão aprovar o direito a opinião e voto de outras pessoas. A eficácia política também demonstrou relevância, acrescentando em 39,1% a chance de o eleitor aprovar esse mesmo direito.

Ainda nessa dimensão, encontramos efeitos significativos da variável idade. Sendo assim, também a dividimos em faixas etárias e adotamos a mais jovem como categoria de referência. Os resultados demonstram que os indivíduos de 25 a 34 apresentam um efeito negativo de 31% em relação à chance de apresentar uma tolerância política quando questionado sobre o direito de votar daqueles que falam mal da forma de governo.

De acordo com esses resultados, percebemos uma realidade nacional bastante específica. Os efeitos recorrentes da escolarização e interesse por política demonstram que essas variáveis são relevantes devido ao seu efeito sobre o aumento da chance dos eleitores manifestarem apoio às dimensões democráticas. Essas variáveis juntas compõem a mobilização cognitiva, dando ao eleitorado recursos e habilidade para compreender e dar sentido a política. No entanto, a falta de efeitos negativos entre o partidarismo e democratismo não colabora com a ideia da cidadania crítica (INGLEHART; WEZEL, 2005; NORRIS, 2007; DALTON, 2013).

Contudo, nosso resultado mais surpreendente diz respeito à simpatia partidária, principalmente na democracia contemporânea. Contrariando nossa aposta inicial, nas dimensões democráticas elencadas, o efeito da simpatia partidária é inexistente, levando em conta as demais variáveis escolhidas para esse modelo.

Nesse sentido, acreditamos que, para o ano de 2012, os eleitores apresentam valores democráticos descolados do seu sentimento pelos partidos políticos. Esse resultado também contraria as análises que associam a desafeição com os partidos políticos com a erosão da legitimidade democrática. Uma vez que, os dados não colaboram com os argumentos expostos por Putnam (2000), e sua perspectiva sobre a queda do capital social, aumento da desconfiança sobre os partidos e seu efeito de risco para a democracia como um todo e nem às suas dimensões centrais.

Como já mencionado anteriormente, também buscamos analisar os dados referentes ao ano de 2014 devido às manifestações de junho de 2013. As manifestações começaram com protestos contra o aumento das tarifas do transporte em várias regiões do país, demonstrando

um caráter apartidário com reações de violência em relação a integrantes dos partidos nas manifestações.

No entanto, o modelo aplicado anteriormente não pode ser replicado igualmente para o ano de 2014 devido à falta das mesmas variáveis¹⁰. Nesse sentido, analisaremos as dimensões disponíveis: 1) liberdade de manifestação pacífica; 2) independência dos poderes¹¹; 3) tolerância política (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2014). Os resultados apresentados na Tabela 17 apresentam as mesmas variáveis independentes¹², no entanto as dimensões da democracia são outras.

Tabela 6 - Regressão logística para dimensões da democracia (2014)

	1ª dimensão	2ª dimensão	3ª dimensão
	Exp (B)	Exp (B)	Exp (B)
Sexo	1,026	1,309	,962
Idade	1,043	,878	,945
Educação	1,495**	1,188	1,110
Renda	1,026	,999	1,025
Identificação partidária	,979	,802	,721*
Interesse por política	,960	,999	1,192*
Eficácia política	1,528**	,971	1,391*
Confiança interpessoal	1,212*	1,057	1,405*
Constant	,289**	3,244**	,208**
% de acertos	58,6	78,1	67,1

Fonte: LAPOP 2012.

Com relação ao ano de 2014, as variáveis demonstram uma capacidade explicativa semelhante ao modelo anterior. Observando os dados referentes à primeira dimensão, podemos notar um forte efeito da eficácia política subjetiva. Essa variável demonstrou uma relevância em duas dimensões, o que pode ser interpretado como um indicativo do efeito da experiência com os protestos em 2013. O seu maior efeito sobre a dimensão democrática está associado à participação política em protesto, pois o indivíduo que se enxerga como um ator político relevante tem uma maior propensão às atividades relacionadas à política democrática (ALMOND & VERBA, 1989 [1963]).

Sobre a terceira dimensão analisada – tolerância política – o partidarismo demonstra

10 As variáveis denominadas de controle permaneceram as mesmas do modelo anterior de 2012.

11 No ano de 2012, essa variável era representada pela JC15, já no ano de 2014 é representada pela JC15A. No entanto, a sua codificação e recodificação permaneceram as mesmas.

12 Para o ano de 2014, a variável idade não demonstrou significância em nenhuma dimensão, devido a isso, não aplicamos a divisão em faixas etárias.

um efeito negativo, ou seja, ser partidário diminui sua chance em 27,9% de ser democrático nessa dimensão. Segundo Dalton (2013), a tolerância política é fundamental em uma cultura política democrática e, em suas pesquisas, o partidarismo apresenta um efeito ambíguo quanto essa dimensão. Em contrapartida, aqueles apartidários e mobilizados cognitivamente apresentam uma maior tolerância quando comparado àqueles eleitores partidários.

Na mesma dimensão outras variáveis demonstram uma capacidade preditiva, como, por exemplo, o interesse por política, eficácia política subjetiva e a confiança interpessoal. Novamente, a confiança interpessoal apresenta um efeito bastante significativo, elevando em 40,5% a chance de o eleitor apresentar um perfil democrático quanto a essa dimensão.

Em suma, levantamos a hipótese inicial de que os eleitores apartidários não apresentam baixa adesão à democracia, pois acreditam que essa é a melhor forma de governo. Além disso, pressupomos que esses mesmos eleitores possuíam uma postura crítica em relação aos partidos. Ou seja, o baixo apoio específico à democracia não afetaria o apoio difuso a ela. A fim de averiguar essa hipótese, apresentamos nesse capítulo três etapas de análise. Inicialmente, foi feita uma análise longitudinal sobre a adesão dos indivíduos à democracia. Em seguida, exploramos como o eleitorado se relaciona com os partidos. Por fim, apresentamos testes estatísticos pelos quais investigamos a hipótese central com o objetivo de confirmar ou não a existência da relação entre partidarismo e adesão à democracia. Na seção que segue, apresentamos algumas considerações resultantes dessas três etapas de análise.

4. Considerações finais

Esta dissertação buscou colaborar, através dos resultados obtidos, com uma discussão sobre o relacionamento entre os eleitores e os partidos políticos no Brasil. A importância deste estudo se dá uma vez que os partidos políticos são considerados fundamentais na democracia contemporânea. Apesar disso, uma série de estudos tem diagnosticado o aumento da desconfiança e desafeição sobre essa instituição (PUTNAM, 1995; SCARROW, 2000; SEYD; WHITELEY, 2004; NORRIS, 2007; DALTON, 2013).

Muitos desses estudos têm sido realizados nas chamadas democracias consolidadas, porém os países da América Latina expressam características distintas devido ao seu desenvolvimento econômico, institucional e passado autoritário. A investigação a respeito deste tema contribui para um maior entendimento a respeito da consolidação dos regimes democráticos.

Por isso, o objetivo desta dissertação foi contribuir com a discussão quanto à desafeição dos cidadãos em relação aos partidos políticos e sua relação com as dimensões democráticas. A respeito da identificação com os partidos políticos, podemos afirmar que houve uma queda bastante acentuada da medida no ano de 2014 comparada com outros estudos longitudinais sobre o partidarismo no Brasil. Esse declínio é um reflexo de uma relação fraca dos partidos com o eleitorado agravada por uma conjuntura de corrupção e críticas a burocratização.

Em relação ao democratismo, os dados demonstram uma condição favorável da cultura política dos brasileiros sobre as esferas democráticas. Os resultados acompanham os índices encontrados em outros estudos que buscam qualificar a democracia na América Latina (OLIVEIRA, 2015). Dessa forma, podemos concluir que existe uma adesão dos cidadãos brasileiros a democracia, principalmente quanto às suas dimensões consideradas nucleares.

No que tange a relação entre o partidarismo e as dimensões democráticas, observamos características singulares para o caso brasileiro. Os resultados para ano de 2012 apresentam padrões semelhantes à interpretação de Dalton (2013), principalmente em relação à capacidade explicativa dos condicionantes individuais sobre os valores democráticos. Através do modelo de regressão logística, confirmamos que a educação é uma importante variável para explicar o comportamento político democrático. Em conjunto com o interesse por política, sua predição é ainda mais forte, principalmente sobre as dimensões liberdade de expressão e protestos pacíficos.

Esse último resultado também se aproxima da ideia de modernização das esferas culturais, sociais, e políticas, na qual os valores de autoexpressão são considerados pelos

indivíduos como fundamentais (INGLEHART; WELZEL, 2005). Esse processo de modernização social altera o relacionamento entre os cidadãos e as esferas políticas, reforçando a ideia de que esses cidadãos não oferecem um risco para a democracia.

Cabe lembrar que, desde o início de nossa dissertação, trabalhamos com duas vertentes teóricas sobre os possíveis efeitos da desafeição partidária sobre a democracia. A primeira delas, exposta por Putnam (1993), demonstrava que a queda da confiança interpessoal levaria a erosão das virtudes cívicas e da participação política, um quadro bastante pessimista para a democracia. Por outro lado, com um pensamento mais otimista, a segunda vertente é decorrente do aumento dos níveis educacionais e interesse por política, que revela um eleitorado com maiores recursos e habilidades, buscando valores como a liberdade e autoexpressão (INGLEHART; WELZEL, 2005; DALTON, 2013).

No entanto, os resultados não nos permitem afirmar que exista uma cidadania crítica como proposta pelos autores. A tese da cidadania crítica pressupõe também uma forte crítica aos partidos políticos, e nós não encontramos efeitos negativos entre partidatismo e democratismo. Dessa forma, argumentamos que a tese do cidadão crítico não pode ser aplicada para os resultados obtidos. Consideramos que os dois fenômenos são descolados, ou seja, não confirmamos a tese de Putnam (1993) nem a de Inglehart, Welzel (2005) e Dalton (2013).

Além disso, acrescentamos os resultados obtidos para o ano de 2014, que demonstram características mais próximas da cidadania crítica. Os dados demonstram um efeito redutor considerável quanto à tolerância política. Isto é, ser simpático aos partidos diminui suas chances em ser democrático nesta dimensão. A crítica aos partidos políticos expressa durante as manifestações de 2013 foram direcionadas a sua falta de representatividade, ineficiência institucional e burocratização. Ou seja, nessa dimensão democrática, os cidadãos brasileiros demonstram uma cidadania crítica a favor do aprofundamento das normas democráticas.

De modo geral, esta dissertação contribuiu com uma vasta gama de pesquisas sobre a cultura política democrática, uma vez que pudemos questionar os possíveis efeitos da identificação partidária sobre a jovem democracia brasileira. Os resultados demonstram implicações positivas para a democracia, pois percebemos que recursos e habilidades como a educação tem uma forte relação com a cultura política democrática. Além disso, consideramos que a desconfiança quanto aos partidos políticos não coloca em risco a forma com que o cidadão brasileiro se relaciona com as dimensões nucleares da democracia contemporânea. Em suma, os achados sugerem que a desafeição ou não pelos partidos políticos não apresenta um risco para nossa democracia, pois as atitudes e valores dos cidadãos são congruentes com as dimensões democráticas.

Com base nesses apontamentos, observamos que a identificação partidária é um conceito complexo, com possíveis efeitos explicativos sobre as dimensões democráticas. Dessa forma, a fim de investigar mais profundamente as várias formas de relacionamento entre os indivíduos e os partidos, um próximo passo seria uma análise que na qual se aplicasse os quatro tipos partidários propostos por Dalton (2013) através do modelo de combinação das variáveis escolaridade e interesse por política, estabelecendo a mobilização cognitiva, juntamente com a identificação partidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWITZ, A.; SAUNDERS, K. **Ration hearts and minds: social identity, ideology, and party identification in the American Electorate**. Paper Delivered at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Chicago, 2004.
- ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. **Partidos políticos na América Latina**. Revista Opinião Pública, Campinas, v. 8, n. 2, 2002. p. 137-157.
- ALMOND, G. A; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. 3. ed. New York: Sage, 1989 [1963].
- OLIVEIRA, RENATA A. **Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015.
- ANTUNES, J. R. S. **"Identificação partidária e comportamento eleitoral: fatores estruturais, atitudes e mudança no sentido do voto"**. 2008. 508 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- BAQUERO, M. **A cultura política na agenda da democratização na América Latina**. In: _____ (org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 13-23.
- BAQUERO, M; GONZÁLEZ, S. **Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010**, in *Opinião Pública*, 17(2) 2011.
- BERGLUND, F. **Partiidentifikasjon og politisk endring: En studie av langsiktige tilknytninger blant norske velgere 1965-1997**. Oslo: Thesis/ Unipax. 2004.
- BELKNAP, G.; CAMPBELL, A. **Political party identification and attitudes toward foreign policy**. Public Opinion Quarterly, 15: 601-23. 1952.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E.; GIMENES, E. R. **Os apartidários brasileiros: bases sociais, atitudinais e comportamentais do eleitorado brasileiro**. In: 7º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, Bogotá (Colômbia), 2013.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. **Participação convencional e não convencional na América Latina**. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p. 95-118.
- BRAGA, M. S. S. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro**. Padrões de Competição Política. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.
- BRADY, E. e SNIDERMAN, P. **The likability heuristics**. In: Sniderman, P. M; Brody, R. A. and Tetlock P. E (orgs.). **Reasoning and Choice: Explorations in Political Psychology**. New York, NY: Cambridge University Press, 1991.
- BRATTON, M.; MATESS, R. **Learning about Democracy in Africa: Awareness, Performance, and Experience**. Journal of Democracy . 2007.
- BIZZARRO NETO, F. A. ; SANDES FREITAS, V. E. V. **Organização faz Diferença? Estrutura partidária, filiados e voto em São Paulo nas eleições 2010**. Revista Eletrônica de Ciência Política - recp, v. 2, p. 174-189, 2011.
- CAMPBELL, A., CONVERSE, P., MILLER, W., and STROKES, D. **The American Voter**. New York: John Wiley & Sons. 1960.
- CARRIÓN, Julio F. **Illiberal Democracy and Normative Democracy: How is Democracy Defined in the Americas?** In SELIGSON, Mitchell A.(Editor). **Challenges to Democracy in Latin America and the Caribbean: Evidence from the AmericasBarometer 2006-07**. United States: Agency for International Development (USAID) Public Opinion Project (LAPOP), March 2008.
- CASALECCHI, G; DAVID, F; QUARESMA, G. **Qualificando a adesão à democracia no Brasil**. In: V CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, Curitiba, 2013.

- CARREIRÃO, Y. S. & KINZO, M. D. **Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)**. *Dados*, vol.47, nº 1, 2004.
- CARREIRÃO, Y. S. **Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros**. *Opinião Pública*, Campinas, vol.14, p.319-351, 2008.
- CODATO, A; BRAGA, S. S. M. **Apresentação: Robert Michels, Gramsci e a ciência política contemporânea**. *Rev. Sociol. Polit.*[online]. 2012, vol.20, n.44 [cited 2015-07-16], pp. 5-10
- COLEN, C. M. L. **Os determinantes do apoio à democracia nos países da América Latina**, 2008. COLEMAN, John (1996), «Resurgent or just busy? Party organization in contemporary America», in Shea e Green (eds.), **The State of Parties**, 2.^a ed., Lanham, MD, Rowman and Littlefield.
- DAHL, R. **Development and Democratic Culture**. *Journal of Democracy* (Janeiro, 1998).
- DALTON, R. J. **The apartisan American: dealignment and changing electoral politics**. Washington, DC: Sage, 2013.
- _____. **Citizenship norms and political participation in America: the good news is... the bad news in wrong**. Occasional Paper Series, n. 1, 2006.
- DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. **Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas**. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, p. 295-320, 2003.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. **Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DALTON, R. J.; WELZEL, C. **The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens**, co-editor with Christian Welzel and contributor. (Cambridge: Cambridge University Press, 2014)
- DELLA PORTA, D. **Introdução a Ciência Política**. Lisboa: Estampa, 2003. Estudo Eleitoral Brasileiro 2002. 2002.
- DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper & Row. 1957.
- DURKHEIM, E. 1981. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença.
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. 6. ed., Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
- DRUCKMAN, J. N. (2001). **The implications of framing effects for citizen competence**. *Political Behavior*, 23(3), 225–256.
- EASTON, D. **A Re-Assessment of the Concept of Political Support**. *British Journal of Political Science*, v.5, n.58, p.435-457, Out. 1975.
- FIORINA, M. **Retrospective Voting in American Presidential Election**. New Haven: Yale University Press. 1981.
- FINLAY, A.; WRAY-LAKE, L.; FLANAGAN, C. Civic engagement during the transition to adulthood: developmental opportunities and social policies at a critical juncture. *In: LERNER, R. M.; STEINBERG, L. (Eds.). Handbook of adolescent psychology*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2010. p. 721-746.
- FIORINA, M. **Parties, Participation, and Representation in America: Old Theories Face New Realities**. American Political Science Association, 2001.
- FREIRE, A. O. G. **Engajamento Cívico e Capital Social: Um Estudo Empírico sobre o Papel da Confiança Interpessoal para a Resolução dos Dilemas da Ação Coletiva**." Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2012.
- FUKS, M; CASALECCHI, G; RIBEIRO, E. **Contextual determinants of democratic belief system cohesion in Latin America**. 2014.
- GIMENES, E. R. **Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.
- GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias:**

partidarismo na América Latina. 2015. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GONZÁLEZ; R. S.; BAQUERO, M. **A política comparada na América Latina: dilemas e desafios do Brasil.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 7, n. 3, 2013. p. 111-126.

GREEN, D; BRADLEY, P; SCHICKLER, E. **Partisan Hearts and Minds: Political Parties and the Social Identities of Voters.** New Haven: Yale University Press, 2002.

HOLMBERG, S. (2009). Partisanship Reconsidered. In R. J. Dalton & H.-D. Klingemann (Eds.), **The Oxford Handbook of Political Behavior** (pp. 557-71). Oxford: Oxford University Press.

HOOGE, M; STOLLE, D; STOUTHUYSEN, P. **Head start in politics, the recruitment function of youth organizations of political parties in Belgium (Flanders)** Party Politics 10(2): 193–212, 2004.

HUNTINGTON, S.; NELSON, J. M. **No easy choice: political participation in developing countries.** Cambridge, Harvard University Press, 1977.

INGLEHART, R. **Culture shift in advanced industrial society.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence.** New York, Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. 2002. **Trends in Political Action: the Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline.** International Journal of Comparative Sociology, Newbury Park, v. 43, n. 3, p. 300- 316, Oct.

MAY, D. May (1973), **Opinion Structure of Political Parties: The Special Law of Curvilinear Disparity**, Political Studies Volume 21 Issue 2, Pages 135 - 151

KINDER, D. R. **Politics and the life cycle.** Science, v. 312, n. 5782, 2006. p. 1905-1908.

KINZO, M. D. & BRAGA, M.S.S. (orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil.** São Paulo: Humanitas, 2007.

LATIN American Public Opinio Project. Banco de dados. 2006/2007 a 2014.

LIMA, M; CHEIBUB, Z. **Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.

LIPSET, M. "Introducción", in R. Michels (org.), **Los partidos políticos: un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna**, Buenos Aires, Amorrortu, 2003.

O'DONNELL, G. (2004). **Why the rule of law matters.** Journal of Democracy, v. 15, n. 4, p. 32-46.

OKADO, L. T. A. **Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?** 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

MANIN, B. (1995). **As metamorfoses do governo representativo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, out., n. 29.

METTENHEIM, K. **Democracy, the Separation of Powers and the Political Economy.** Texto apresentado no 2º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, novembro. São Paulo.

MICHELS, R. 1982. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: UNB.

MILBRATH, L.; GOEL, M. L. **Political participation.** Boston: University Press of America, 1977.

MILLER, A. & KLOBUCAR. T. **The development of Party Identification in Post-Soviet Societies.** American Journal of Political Science, vol.44, nº 4, 2000.

MOISES, J. A. **Cultura política, instituições e democracia** – Lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais(RBCS), vol. 23, nº66. 2008.

NIEMI, R; WEISBERG, H. **Controversies in Voting Behavior.** Washington DC: CQ Press.

2001.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic government**. Cambridge: Oxford University Press, 1999.

_____. **Political activism: new challenges, new opportunities**. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652, 2007.

PERES, P. **Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – Anpocs* 68.2 (2009): 17-58.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partidos**. *Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEDERSEN, C. **Center Parties, Party Competition, and the Implosion of Party Systems**. *A study of centripetal tendencies in multiparty systems*, *Political Studies*, 2004, 52, 2, 324-41.

PEREIRA, B. F. **A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil**. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* n.13, p. 213-244, 2014.

PUTNAM, D. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000 (original: *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

PUTNAM, D. **Bowling alone: America's declining social capital**. *Journal of Democracy*. v. 6, n. 1, p.65-78, jan. 1995.

RIBEIRO, A. E. **Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros**. *Revista Debates*, v. 2, n. 2, p. 103–133, jul.–dez. 2008.

RIBEIRO, A. E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. **Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros**. *Opinião Pública*, 17(2): 333-368 (2011).

RIBEIRO, F. P. **Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos**. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*[online]. 2013, n.10.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Ed.UnB, 1982.

SAMUELS, D. J. **Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil**. *Revista Dados*, v. 40, n. 3, p. 493-533, 1997.

SCARROW, S. E. **Parties Without Members? Party Organization in a Changing Electoral Environment**. In: DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. (eds.). **Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press (2000).

SEYD, P.; WHITELEY, P. **British party members. An overview**. *Party Politics*, v. 10, n. 4, p. 355-366, 2004.

SHIVELY, P. **The nature of party identification: a review of recent developments**. In *the Electorate Reconsidered*, Ed. J. Pierce and J. Sullivan. Beverly Hills. Calif.: Sage, 1980.

SCHUMPETER, J. A. (1975). **Capitalism, socialism and democracy**. New York: Harper Torchbooks.

SINGER, A. **A segunda alma do partido dos trabalhadores**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 88, dez. 2010.

SMITH, P.; ZIEGLER, M. **Liberal and illiberal democracy in Latin America**. *Latin American Politics and Society*, v. 50, n. 1, p. 31-57, (2008).

TAJFEL, H. **Social categorization, social identity, and social comparisons**. Pp. 61-76 in *Differentiation between social groups*, edH. Tajfel. London: Academic Press. 1978.

THOMASSEN, J. **Party identification as a cross-national concept: its meaning in the Netherlands**. Pp. 63-79 in *Party Identification and Beyond*, ed. I., Budge, I. Crewe, and D. Farlie. London: John Wiley & Sons 1976.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P., POGUNTKE, T. **Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe**. *European Journal of Political Research*, n. 51, 2012. p. 24-56.

VISSER, M. **The role of group identification in dutch politics**. Paper presented at the ECPR Workshop in Limerick 1992.

VEIGA, L. **Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores; mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002.** Opinião Pública, Campinas, vol. 13, nº 2, p.340-365, 2007.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America - Political Democracy and Social Equality.** Harper & Row Publishers: New York, 1972.

_____; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. 1995. **Voice and equality: civic voluntarism in American politics.** Cambridge: Harvard University Press.

WATTENBERG, M. **The Decline of American Political Parties 1952-1988.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1998.

WHITELEY, P. **Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world.** Party Politics, London, v. 17, n. 1, p. 21-44, 2011.

APÊNDICE METODOLÓGICO A- Variáveis de identificação partidária

1. Partidarismo

Identificação: VB10 -2006
VB10 -2008
VB10-2010
VB10-2012
VB10-2014

Redação: Atualmente o (a) sr./sra. simpatiza com algum partido político?

Codificação: (1) Sim e (2) Não
Recodificação: (0) Não e (1) Sim
Utilização: Tabela 1 a Tabela 17

2. Gênero

Identificação: Q1-2006
Q1-2008
Q1-2010
Q1-2012
Q1-2014

Redação: Gênero (anotar, não pergunte):
Codificação: (1) Homem (2) Mulher
Recodificação: (0) Homem (1) Mulher
Utilização: Tabela 1; Tabela 2; Tabela 3; Tabela 4; Tabela 5; Tabela 16; Tabela 17

3. Idade

Identificação: Q2-2006
Q2-2008
Q2-2010
Q2-2012
Q2-2014

Redação: Quantos anos o (a) s.r. (a) tem?

Codificação:
Recodificação: (1) 16 a 17 anos
(2) 18 a 30 anos
(3) 31 a 40 anos
(4) 41 a 50 anos
(5) 51 a 60 anos
(6) Acima de 60 anos

Recodificação2: (1) 16 a 24 anos
(2) 25 a 34 anos
(3) 35 a 59 anos
(4) 60 ou mais

Utilização: Tabela 6; Tabela 7; Tabela 8; Tabela 9; Tabela 10; Tabela 16;

4. Esfera educacional

Identificação: VS2-2006

Redação: Qual foi o último ano de escola que o (a) sr./ sra. estudou ?:

Codificação: (1) Analfabeto/ Sem instrução

- (2) Primeiro ano do Ensino Fundamental
- (3) Segundo ano do Ensino Fundamental
- (4) Terceiro ano do Ensino Fundamental
- (5) Quarto ano do Ensino Fundamental incompleto
- (6) Quarto ano do Ensino Fundamental/Primário completo
- (7) Quinta série/ Primeiro ano Ginásio
- (8) Sexta série/ Segundo ano Ginásio
- (9) Sétima série/ Terceiro ano Ginásio
- (10) Oitava série incompleta/ Quarto ano Ginásio
- (11) Oitava série completa/ Quarto ano Ginásio/ Primeiro Grau Completo
- (12) Primeiro ano do Ensino Médio/ Primeiro ano do Segundo Grau
- (13) Segundo ano do Ensino Médio/ Segundo ano do Segundo Grau
- (14) Terceiro ano do Ensino Médio/ Terceiro ano do Segundo Grau incompleto
- (15) Terceiro ano do Ensino Médio/ Segundo ano do Segundo Grau completo
- (16) Iniciou faculdade/ universidade mas não se formou
- (17) Graduação/ faculdade
- (18) Mestrado
- (19) Doutorado
- (20) *Lato sensu*
- (21) Pós- Doutorado

Recodificação:(1) Até Ensino Fundamental completo [1 a 11]

(2) Até Ensino Médio completo [12 a 15]

(3) Ensino pós- Médio ou Superior incompleto [16]

(4) Ensino Superior completo ou Pós-graduação [17 a 21]

Utilização: Tabela 11;

Identificação: ED-2008

ED-2010

ED-2012

ED-2014

Redação: Qual foi o último ano de escola que o (a) sr./ sra. terminou:

Codificação: Aberta

Recodificação: (1) Até Ensino Fundamental completo (0 a 8 anos de estudos)

(2) Até Ensino Médio Completo (9 a 11 anos de estudos)

(3) Ensino pós-Médio ou Superior incompleto (12 a 14 anos de estudo)

(4) Ensino Superior completo ou Pós- Graduação (15 ou mais anos de estudo)

Utilização: Tabela 12; Tabela 13; Tabela 14; Tabela 15; Tabela 16; Tabela 17

5. Interesse por política

Identificação: po1-2006

po1-2008

po1-2010

po1-2012

po1-2014

Redação: Quanto interesse você tem pela política: muito, algum, pouco ou nenhum?

Codificação: (1) Muito (2) Algum (3) Pouco (4) Nenhum

Recodificação: (1) Nenhum (2) Pouco (3) Algum (4) Muito)

Utilização: Tabela 16; Tabela 17

6.Eficácia política subjetiva

Identificação: eff2-2006
eff2-2008
eff2-2010
eff2-2012
eff2-2014

Redação: Você sente que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?

Codificação: (1) Muito em desacordo (2) 2 (3) 3 (4) 4 (5) 5 (6) 6 (7) Muito de acordo

Recodificação: (0) Baixa [1 a 4] (1) Alta [5 a 7]

Utilização: Tabela 16; Tabela 17;

7.Confiança interpessoal

Identificação: IT1-2006
IT1-2008
IT1-2010
IT1-2012
IT1-2014

Redação: Agora, falando das pessoas daqui, o Sr./Sra. diria que as pessoas de sua comunidade são:

Codificação: (1) Muito confiáveis (2) Mais ou menos confiáveis (3) Pouco confiáveis (4)

Nada confiáveis

Recodificação: (4) Muito confiáveis (3) Mais ou menos confiáveis (2) Pouco confiáveis (1)

Nada confiáveis

Utilização: Tabela 16; Tabela 17;

APÊNDICE METODOLÓGICO B - Variáveis democratismo

1. Adesão a democracia como melhor forma de governo

Identificação: ING4 - 2006/2008/2010/212/2014

Redação: Mudando de assunto de novo, a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

Codificação: (1) Discordo totalmente (2) 2 (3) 3 (4) 4 (5) 5 (6) 6 (7) Concordo totalmente

Recodificação: (1) Não democrático
(2) Democrático

Utilização: Gráfico 1;

2. Adesão aos procedimentos de escolha

Identificação: JC1 - 2006/2008/2010/212

Redação: Diante de desemprego muito alto seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?

Codificação: (1) se justifica e (2) não se justifica

Recodificação: (0) se justifica e (1) não se justifica

Utilização: Gráfico 2;

Identificação: JC10 - 2006/2008/2010/2012/2014

Redação: Quando há muito crime seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?

Codificação: (1) se justifica e (2) não se justifica

Recodificação: (0) se justifica e (1) não se justifica

Utilização: Gráfico 3;

Identificação: JC13 - 2006/2008/2010/2012/2014

Redação: Diante de muita corrupção seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?

Codificação: (1) se justifica e (2) não se justifica

Recodificação: (0) se justifica e (1) não se justifica

Utilização: Gráfico 4;

3. Adesão Normativa ao voto

Identificação: AUT1 - 2006/2008/2010/2012/2014

Redação: Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?

Codificação: (1) Líder forte e (2) Voto popular

Recodificação: (0) Líder forte e (1) Voto popular

Utilização: Gráfico 5; Tabela 16

4. Adesão à participação de todos

Identificação: DEM11 - 2006/2008/2010/212

Redação: O(A) sr/sra. acredita que em nosso país faz falta um governo de “pulso firme”, ou que os problemas podem se resolver com a participação de todos?

Codificação: (1) Pulso Firme e (2) Participação de todos

Recodificação: (0) Pulso Firme e (1) Participação de todos

Utilização: Gráfico 6;

5. Adesão ao regime democrático partidário

Identificação: DEM23- 2006/2008/2010/2012

Redação: Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

Codificação: Escala de variação de 1 a 7 – (1) discorda muito e (7) concorda muito

Recodificação: Binária: (0) 1 a 4 e (1) 5 a 7

Utilização: Gráfico 6;

6. A participação política

Identificação: E5- 2012/ 2014

Redação: A participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. Até que ponto aprova ou desaprova?

Codificação: Escalar (1) Desaprova muito a (10) Aprova muito

Recodificação: (0) 1 a 7 baixo apoio à participação

(1) 8 a 10 baixo apoio à participação

Utilização: Tabela 16; Tabela 17

7. Freios e contrapesos

Identificação: JC15- 2012

JC15A- 2014

Redação: O(a) Sr./Sra acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o presidente da república feche o Congresso e governe sem o Congresso?

Codificação: (1) sim, justifica-se

(2) não, não se justifica

Recodificação: (0) sim, justifica-se

(1) não, não se justifica

Utilização: Tabela 16; Tabela 17

8. Estado de direito

Identificação: AOJ8- 2012

Redação: O(a) Sr./Sra acredita que as autoridades devem sempre respeitar as leis ou que, em certas ocasiões, as autoridades podem agir sem respeitar a lei?

Codificação: (1) em certas ocasiões podem agir sem respeitar as leis

(2) devem sempre respeitar a lei

Recodificação: (0) em certas ocasiões podem agir sem respeitar as leis

(1) devem sempre respeitar a lei

Utilização: Tabela 16;

9. A tolerância política

Identificação: D1- 2012

Redação: Existem pessoas que sempre falam mal da forma de governo, não somente o governo atual, mas sim da forma de governo. O quanto o(a) Sr./Sra aprova ou desaprova o direito de votar dessas pessoas?

Codificação: Escalar (1) Desaprova muito a (10) Aprova muito

Recodificação: (0) 1 a 7 baixa tolerância

(1) 8 a 10 alta tolerância

Utilização: Tabela 16; Tabela 17;